



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 04 / 08

Data da Sessão: 26 de Junho de 2008

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 20.45 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha-----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

----- Aos 26 dias do mês de Junho do ano de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

----- **PONTO DOIS** - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

----- **PONTO TRÊS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO

----- **PONTO QUATRO** – APRESENTAÇÃO, POR PARTE DO EXECUTIVO, DO PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO BAIXO MONDEGO (QREN 2007/2013)-----

----- Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão às 16.00 horas. -----

----- **PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Verride e Vila Nova da Barca. -----

----- **SUBSTITUIÇÕES**: - José Manuel Cardoso Buço, por Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo e PJF de Arazede e Tentúgal, respectivamente por Eusébio Ramos Sousa Campos, Secretário daquele Órgão e Raul Nunes Leitão, Tesoureiro daquele Órgão Autárquico-----

----- **Presenças dos Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Manuel Alberto Gonçalves Góis e Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge. -----

----- **PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

----- O PMAM usou da palavra para dizer o seguinte: "Verificada a existência de quórum damos início aos trabalhos e começo por informar que o Vereador Pedro Machado, vice-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

presidente, representa o PCM que, por motivos de ordem autárquica, está impossibilitado, temporariamente, de estar connosco. -----

-----Antes de mais permitam-me que cumprimente os SMAM, o vice-presidente e restantes Vereadores Municipais, os Membros da AM, PJFs, a funcionária Neiva Esteves e o público em geral, desejando a todos um bom trabalho”. -----

-----Ainda no uso da palavra o PMAM, a pedido do Executivo Municipal perguntou à AM se havia algum inconveniente na inclusão de mais um ponto nesta Ordem de Trabalhos, que seria o seguinte: Aprovar, sob proposta do Executivo, a 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Orçamento, sendo este incluído no 3º Ponto, ficando o actual 3º como 4º Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----Não havendo qualquer oposição a Ordem de Trabalhos ficará com a seguinte disposição: -----

-----**PONTO TRÊS – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO**

-----**PONTO QUATRO – APRESENTAÇÃO, POR PARTE DO EXECUTIVO, DO PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO BAIXO MONDEGO (QREN 2007/2013)** -----

-----Passou-se, de imediato, à discussão e votação das actas números 2 e 3, respectivamente de 25 e 30 de Abril do corrente ano.-----

-----A votação da acta nº 02, de 25 de Abril de 2008 obteve o seguinte resultado: -----

-----Votos contra - 0; -----

-----Abstenções - 06;-----

-----Votos a favor – 28. -----

-----A acta da Sessão Ordinária nº 2, de 25 de Abril do corrente ano foi aprovada por maioria. -----

-----De seguida foi colocada à apreciação a acta nº 3, de 30 de Abril de 2008 e, não havendo qualquer intervenção passou-se à votação que obteve o seguinte resultado: -----

-----Votos contra – 0;-----

-----Abstenções – 10;-----

-----Votos a favor – 25. -----

-----A acta da Sessão Ordinária nº 3, de 30 de Abril do corrente ano foi aprovada por maioria. -----

-----Posteriormente, foram dados cinco minutos para que fossem entregues à Mesa as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

----- De seguida, foram aceites:-----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo da CMNRC, Armindo Mota, "**Actualização de verbas atribuídas aos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho / Ministério da Saúde**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**. -----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: "As minhas saudações a todos os presentes. Relativamente a esta Moção, no que se refere ao seu ponto principal, a questão financeira, parece-me manifestamente que não só os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, mas os Bombeiros de Portugal devem, de facto fazer a solicitação referida às Entidades Governamentais e, portanto, não posso deixar de estar mais de acordo até porque é uma actualização. Não me vou pronunciar sobre os montantes, e sobre o prazo dos 70 dias de pagamento, não vejo porque é que não podem ser para os Bombeiros se são para outras Entidades e, daí, também a minha concordância. Há apenas um aspecto, esse sim, naquilo que é a minha perspectiva da organização da saúde, em que a AM não se pode pronunciar e é exactamente sobre a racionalização das chamadas. Não tenho dados para perceber se a ambulância do INEM está a ser bem utilizada ou não, tenho que partir do princípio que está e, esta é a única questão do ponto de vista da Moção que me levanta algumas dúvidas. Querendo acreditar na palavra do Membro Armindo Mota que é, simultaneamente, Presidente dos Bombeiros e, portanto, a sua análise teve, de facto, esta questão em conta, não vejo motivo para que o PS não possa aprovar esta Moção. A minha questão reside, particularmente, nessa vertente porque penso que não posso julgar a racionalização porque não tenho dados para isso; quanto às outras questões parece-me que estão na ordem do dia e portanto parece que os Bombeiros de Montemor-o-Velho, os Bombeiros de Portugal merecem essa atenção". -

----- "O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: "Pretendo, apenas, reafirmar a preocupação que temos, naturalmente e em particular com os Bombeiros, e com as questões que os preocupam, à imagem do resto do País. Neste caso concreto sentimos uma particularidade especial já que eles prestam um trabalho às populações que devia ser feito pelas entidades responsáveis por esses serviços e, depois, são vítimas da falta de apoio dessas mesmas Entidades. Referimo-nos a Associações, que embora tenham o apoio oficial, prestam um serviço voluntário de grande disponibilidade às populações e que, parece que são eles que têm a obrigação de o fazer e, portanto, penso que devíamos estar todos sensibilizados para a situação, a começar por esta casa, pela CM que deveria reforçar, na minha opinião, o apoio que presta o que poderá minimizar a questão que é suscitada. Permitam-me que refira que o Grupo do PSD/CDS-PP podia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

perfeitamente utilizar da sua influência para sensibilizar a CM para aumentar o apoio que dispensa actualmente”. -----

-----O Membro Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Boa tarde a todos. Esta questão é muito pertinente. Não fora a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho uma instituição que presta serviços na área do socorro e, neste caso, também ao nível da saúde. Quando ouço referir, na moção apresentada, que a Associação tem um prejuízo mensal de 2500 euros com a exploração do INEM, fico preocupadíssimo, porque o País, está a valer-se duma estrutura associativa e está, efectivamente, a extorquir dinheiro a nível local, porque não me passa pela cabeça que este prejuízo resulta duma má gestão. Fico preocupado, porque esta verba, obviamente, vai fazer falta a outros níveis da prestação de socorro e, também, porque não se justificam dívidas até 6 meses, o que é um atraso brutal. Hoje em dia, com a crise a nível do sector petrolífero, sabemos como é difícil gerir orçamentos, o que será mais complicado para quem vive, efectivamente, de um trabalho de dedicação à causa do próximo. E fico, ainda mais, preocupado porque o Ministério da Saúde quando fechou a valência de Montemor-o-Velho, à partida, sabia que havia de reforçar meios para os Concelhos e prometeu-os, para dar a possibilidade às pessoas, que ficaram privadas daquele tipo de serviço, poderem chegar às unidades de saúde mais próximas como Coimbra ou Figueira da Foz para poder ser prestado o respectivo meio de socorro. Quando não se verifica nenhum destes pressupostos, a que o Ministério da Saúde se comprometeu perante a população e quando se verifica o que se passa com o INEM há, que fazer chegar, ao Ministério da Saúde, por meio desta Moção, o sentimento desta AM mostrando o descontentamento pela situação que se está a verificar. Parece que, neste momento, existe já algum diálogo, por parte da actual responsável da pasta da saúde relativamente a esta questão, mas de todo o modo o nosso Grupo julga esta Moção pertinente e vai votá-la favoravelmente”.-----

-----O PJJ de Liceia pediu a palavra e disse: “Boa tarde a todos. Lanço aqui um repto aos PJFs: as JF são solidárias para com os serviços altamente meritórios e muito úteis para as populações que os Bombeiros prestam. Uma vez que eles têm 2500 euros de prejuízo por mês, lanço o repto às JF para colmatar aí uns 3 meses dessa verba e isso daria uns 300 euros a cada JF e estou convencido que a esmagadora maioria apoia”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: “Era exactamente neste sentido que acho que a sugestão do PJJ de Liceia é um bom exemplo de como a sociedade e os Órgãos Autárquicos podem prestar e dar exemplo, dando um apoio inestimável às Associações que o merecem e, por isso, quero registar esta posição”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

----- O PJF de Santo Varão pediu a palavra e disse: “Boa tarde a todos. No seguimento destas últimas intervenções queria também deixar a minha opinião que, não sendo contrária à proposta, realça que, mais uma vez, se for esse o caminho as JF acabam por tapar mais uns buracos que o Poder Central não assume. Lembro que, em concreto na minha Freguesia, acabamos por pagar a pessoas para estarem nas escolas primárias, sem termos qualquer competência para isso, despesas essas que deveriam ser assumidas pelo Ministério da Educação. No fundo estamos sempre a tapar os buracos e este é mais um daqueles que se tapa pelo facto do Poder Central não assumir as suas responsabilidades e os custos administrativos que esta estrutura representa”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo do PS, Marco Góis (“**Associação Juvenil Factor Dinâmico**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **02**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo CMNRC, Fernando Monteiro (“**Agradecimento / Reconhecimento pela oferta de espólio fotográfico do Sr. Eduardo Varela Pé Curto**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **03**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Meãs, Armando Maia (“**Felicitações à Comissão de Festas em Honra de S. Sebastião 2009 – Meãs do Campo**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **04**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo da CMNRC, Vítor Travassos (“**Homenagem a João Fernandes**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **05**. -----

----- O Membro Fernando Ramos (PS) pediu a palavra e disse: “Naturalmente que é difícil e é fácil falar de João Fernandes. Evidentemente, que quem, alguma vez, teve a oportunidade de conviver com ele mais do que 2 ou 3 dias seguidos ou mesmo interpolados, perceberá bem esta questão do fácil e do difícil de que estou a falar. É fácil, porque, como se costuma dizer, a língua portuguesa tem aquela questão de escrever às vezes com maiúsculas e, naturalmente neste caso, João Fernandes deveria escrever-se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

só com maiúsculas. Depois, os seus valores, a sua disponibilidade e a sua presença nas questões culturais da organização INATEL, que só terão sido tão visíveis porque teve um Delegado à altura durante tantos anos, não posso precisar quantos e não esqueço que é dos cargos de nomeação aquele que não é pago e isso, evidentemente, torna o trabalho que João Fernandes fez ao longo destes tempos muito relevante. Não posso só estar de acordo com o que está escrito na Moção, como evidentemente gostaria de desafiar o PMAM, enquanto nosso representante, se pudesse, de facto, no Sábado estar presente nessa homenagem, penso só dignificaria este Órgão. Pelo que sei será uma homenagem simples, porque João Fernandes é assim, que vai decorrer na Igreja de Santiago. Sei que é fácil fazer a agenda de alguém, mas acrescentaria, se o autor da proposta assim o aceitar, que de facto a AM se fizesse representar oficialmente nesta homenagem. Não quero obrigar quem quer que seja, naturalmente o Executivo terá outras questões, mas a AM julgo que deveria marcar presença”.-----

----- O Membro Fernando Monteiro pediu a palavra e disse: “Não posso deixar de estar mais de acordo com o que foi referido. Não tenho convivido, de perto, com João Fernandes, mas a Associação a que tenho a honra de presidir, o Centro Beira Mondego, filiada do INATEL, não pode deixar de tecer os mais relevantes agradecimentos ao desempenho, ao acompanhamento, à parceria que tem proporcionado nas diversas áreas, particularmente na área teatral e de folclore. Como já foi dito o INATEL é uma entidade que se basta a si própria, tem um corpo própria, gera receitas próprias, mas dentro do pouco que existe e de alguma dificuldade a nível nacional, nenhum dirigente associativo da Região Centro ficará, com certeza e honestamente, indiferente neste agradecimento ao INATEL e, neste caso, ao seu Delegado João Fernandes. Para ele também, obviamente, em nome da CMNRC o nosso muito obrigado, deixando votos para que, numa hora de mudança pela qual o INATEL vai passar – a constituição de uma Fundação - não seja prejudicial no apoio ao associativismo da Região Centro. Muito obrigado”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo do PS, Marco Góis ("**Moção de Felicitações**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **06**.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro do Grupo da CMNRC, Vitor Travassos ("**Diversos**"), Conforme documento anexo à presente acta sob o número **07**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Verride ("**Bicentenário, Associação Filarmónica União Verridense**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **08**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Grupo da CMNRC, Vitor Travassos ("**200 anos da AFUV**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **09**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade -----

----- O Membro Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: "Tem havido algumas queixas dos moradores da Urbanização da Quinta de São Luis, na Vila de Pereira, relativamente ao muito calcário que tem a água, o que está a causar algum transtorno da sua qualidade naquela zona, pelo que gostaria que fosse tomadas medidas no sentido de se saber o porquê, dado que em relação à da zona mais antiga existe uma grande diferença. -----

----- Outra situação a resolver será a estrada de ligação de Pereira a Figueiró pela parte da descida do lado do Traveiro. -----

----- Também, uma questão relativamente aos maus cheiros por causa da falta de limpeza dos contentores do lixo e registada por alguns dos moradores. Não sei se a Ersuc está a ter isso em atenção, mas existem queixas relativas a essa questão. -----

----- Gostaria também que me informassem de como se encontra o processo de entrega da Urbanização à Autarquia. -----

----- Já agora, volto a referir-me à necessidade de rever a iluminação pública na recta de Alfarelos para Montemor-o-Velho, bem como de Formoselha para Pereira já que para além de não haver luz, começa a haver muita vegetação e, por vezes, à noite, há pessoas que andam lá a pé e podem vir a ser evitados alguns acidentes se aquilo tivesse luz. -----

----- Por fim, refiro que existem algumas queixas relativas às lombas muito salientes e altas que se encontram na parte de Santo Varão e Formoselha. Penso que estão altas de mais, poderiam ser mais disfarçadas o que também evitaria as velocidades, mas como estão provocam pancadas muito fortes nas viaturas, para os simples automobilistas e também para as ambulâncias". -----

----- O PJF de Santo Varão pediu a palavra e disse: "Quero aproveitar este período para questionar directamente o PCM, mas uma vez que ele não está, iria deixar a questão para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

mais tarde, a não ser que o vice-presidente tenha alguma informação sobre isso. A situação prende-se com as 2 Moções que foram aprovadas na última AM, sobre a Ponte do Paço e sobre a Variante da EN 341, a chamada via rápida Arzila/Alfarelos, uma vez que o PCM esteve recentemente numa reunião com o Governo sobre o Distrito de Coimbra e gostaria de saber se foi abordada algumas destas situações. Como é evidente, a da Ponte do Paço é mais uma obra a nível local, terá mais a ver com a CM de Coimbra”.

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “ Quero colocar duas questões, que já coloquei na última Sessão da AM. O PCM disse, então, que não estava cá o Vereador da Juventude pelo que, agora, aproveito e referem-se à criação do Conselho Municipal da Juventude (CMJ). Por informações que recolhi do meu colega Nuno Gonçalves, na altura Membro da AM, julgo que chegou a ser entregue e discutida uma proposta de Regulamento para a criação do mesmo. Presumo que nunca mais tenha voltado a esta AM e, então, pretendo saber em que ponto é que está a criação do CMJ e, também se era possível fornecer a esta AM um balanço acerca da efectividade do Cartão Municipal de Juventude, em termos de adesão e de utilização por parte dos aderentes”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Gostava primeiro de introduzir algumas questões relacionadas com o nosso Concelho, nomeadamente perguntar se, quando se falava há bocado nas lombas, se tal não se referia ao estado da Rua 25 de Abril, de Montemor? É que, alerto o Município para a vergonha em que se encontra uma das vias mais movimentadas da Freguesia de Montemor que vai do Intermarché ao Casal Novo do Rio e que há anos que tem a sina de ser a rua mais remendada do Concelho. Portanto, já não vai sem tempo dar alguma dignidade àquele espaço de desenvolvimento da Vila. -----

----- Por outro lado, temos assistido, ultimamente, em Montemor ao aparecimento e à construção duns prédios desgarrados onde menos se espera: estou a falar, nomeadamente, duns prédios junto ao cemitério, estou a falar num prédio na descida por trás da cabeleireira. Ainda não consegui perceber se quem deixou aprovar aquela construção é incompetente ou é parvo; penso que, nas nossas terras, ainda vai havendo sítio suficiente para poder construir sem pôr os pés em cima e afectando as pessoas que ali vivem há 200 ou 300 anos. As pessoas pensam que estão numa aldeia, que têm alguma privacidade e, de repente, levam com um prédio de não sei quantos andares, ocupando praticamente todo o perímetro do terreno onde estão instalados, com 3 ou 4 pisos, enfim sem o mínimo de condições. Acho que era tempo de irmos olhando para estas coisas, já para não falar de algumas urbanizações que também, inclusivamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

estão sob inspecção e que põem em causa o nível daquilo que procuramos quando nos fixamos nestas terras.-----

----- Uma outra nota para dizer que, embora reconhecendo o convite da Autarquia no sentido da Força que represento poder integrar ou fazer-se representar nos Conselhos Gerais Transitórios (CGT) da nova gestão escolar, informo que a CDU declinou tal convite porque discorda totalmente com a nova tentativa do actual Governo, na sequência dos anteriores, de individualizar novamente a direcção das escolas e, portanto, retirar-lhe o carácter democrático, embora discutível das suas direcções. Parece-me que este Governo tem um medo danado de ter ou de estar confrontado com direcções escolares que não consegue fazer nomear e, portanto, essa a razão porque entendemos não fazer parte desses CGT e estranhamos a pressa com que em Montemor-o-Velho se avançou neste sentido, sabendo nós que os prazos vão até final de Setembro e que há ainda em discussão na Assembleia da República, Proposta ou Projectos de Lei que podem vir a alterar o modelo que, neste momento se está a tentar fazer aprovar e que, na minha opinião é um modelo duvidoso.-----

----- Finalmente, não vou apresentar nenhuma moção de apoio à festa do Caracol, em Quinhendros, nem 14 moções de apoio aos PJF pelo seu esforço e mais outras tantas aos Presidentes das Assembleias de Freguesia, mais aos eleitos da AM ou aos 7 Vereadores da Câmara ou começar a fazer um registo dos aniversários e a cantar os parabéns a cada habitante do Concelho. Quero antes referir-me a mais um passo importante naquilo que tem vindo a ser um trajecto inexplicável por parte de Governos que se dizem socialistas que é, pelo menos a aparente aprovação do novo Código de Trabalho em que havemos de ser obrigados a trabalhar mais horas, com os mesmos salários de miséria que nos põe na cauda da Europa e que, naturalmente pode ajudar a aumentar os cifrões da diferença e os cifrões da desigualdade, mas que mais não faz do que espezinhar um povo dos mais espezinhados da Europa. Começo, com franqueza, a ter vergonha, não do nosso País, mas de sermos dos povos mais abandonados e mais pobres do chamado mundo ocidental e, sobretudo, quando isto se faz em nome da ampliação da diferença dos rendimentos entre os mais desfavorecidos e os mais privilegiados. É preciso ter coragem e os Partidos Socialistas não deviam ter o complexo do capitalismo. Parece que têm um complexo relativamente aos poderosos e, quando estão no Poder, acabam por fazer tão mal ou pior do que os Partidos da Direita. Acho que era tempo, isto venho a repetir já há algum tempo, que as bases dos Partidos deviam assumir posições firmes, até porque já tive a experiência de viver em Países onde todos entendiam que viviam bem e depois deixaram esbroar o sistema e nós fazemos de conta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

que estamos nas maravilhas - fazemos moções, pouco referimos sobre as condições de vida das pessoas que representamos, parece que vivemos todos num mundo maravilha, onde nos aborrecemos por questões secundárias, mas assistimos ao empobrecimento inevitável do nosso povo. Tenho a particularidade de poder visitar muitos Países, de me poder confrontar com a realidade de muitos Países e digo que não sei, continuo a não perceber como é que o nosso povo continua a manter a cabeça erguida porque, de facto, é o mais pobre dentro do Clube onde aparentemente dizemos que somos ricos. Era sobre isto que gostava de dizer estas palavras e de registar mais uma vez os factos". -----

-----O vice-presidente, Pedro Machado, usou da palavra para prestar os esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: -----

-----"Tentarei ser o mais objectivo possível dentro daquilo que é o meu conhecimento da matéria, mas se necessário pedirei aos serviços, nomeadamente aos Directores de Departamento, se assim for entendido pelos Membros da Assembleia que prestem os esclarecimentos que pretendem.-----

-----Duas notas em relação à discussão havida entre os vários Membros dos Grupos, sobre as Moções que foram aqui apresentadas e às quais, naturalmente, me associo de forma mais ou menos concordantes. No entanto quero deixar uma palavra pessoal ao Delegado Regional do INATEL, João Fernandes, já aqui citado e bem, porque também tenho o privilégio de o conhecer e de com ele trabalhar de há uns anos a esta parte e que me parece ser credor de tudo aquilo que foi dito, quer pela Moção, quer pelas palavras do Membro Fernando Ramos, quer depois pelo Membro Fernando Monteiro, enquanto representante do movimento associativo local. Penso que, de facto, o João Fernandes e espero e não é seguramente esta homenagem nem de perto nem de longe como a derradeira e última acção que lhe podemos prestar, merece uma acção pública de outra dimensão. Já não está tão novo como gostaria, é certo, mas ainda está felizmente bem, mas quero associar-me a este gesto da AM, até porque no próximo sábado estarei presente enquanto representante do Município e também da Entidade Regional por forma a prestar-lhe essa justa homenagem.-----

-----A segunda questão tem a ver com os Bombeiros e com uma questão pertinente que aqui foi colocada e faço testemunho daquilo que foi aprovado na última reunião de CM, na passada segunda-feira em que o Executivo aprovou, por unanimidade, uma transferência de 33.000 euros para a aquisição de uma ambulância e outras valências de que os Bombeiros estão carentes, bem como mais 12.000 euros para conservação e reparação das várias viaturas. Assim, julgo que a Autarquia está, não só a respeitar e a consolidar um apoio substantivo dentro das suas próprias capacidades, bem como esse

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

esforço está bem presente neste montante de cerca de 45.000 euros que, nesta fase irão ser transferidos e, parte dele, de acordo com aquilo que foi tratado entre o PCM e o Membro Armindo Mota que também é Presidente da Associação. Julgo que com este esforço estamos sensíveis em relação ao apelo aqui trazido, mas julgo que o apelo que faz através da MAM é no sentido de poder sensibilizar quem de direito, porque no caso dos parceiros locais eles já estão elucidados e corporizados nesse esforço conjunto que está a ser feito. Honra seja feita ao Presidente da Direcção pois tem sido fruto do seu esforço e da sua equipa que a situação financeira dos Bombeiros Voluntários hoje se apresenta o que, aliás, foi demonstrado nas 2 últimas, mas sobretudo na última sessão comemorativa de aniversário, que me parece que é de facto um esforço a registar. -----

----- Quanto às questões práticas que foram colocadas e começaria pela ordem em que foram apresentadas: ao Membro Rui Rodrigues, dizer-lhe que da parte das águas, o Vereador que tem a tutela dessa parte, está presente e já lhe pedi atenção para o reparo. No entanto, neste momento não é possível verificar aqui as análises das águas, mas garanto-lhe e julgo que, pela minha voz, garanto à AM que, do ponto de vista daquilo que é a qualidade admissível da água para que os cidadãos possam ser beneficiários, ela, pelo menos, respeita aquilo que seria a sua análise bacteriológica.

----- Quanto ao calcário não tenho aqui valores de referência, mas a garantia que posso dar e que podem depois ser facultadas, até porque elas estão disponíveis nas JF, é que tal não acontece, no entanto registo a preocupação que aqui lançou; -----

----- Quanto às questões do asfaltamento, julgo que no Plano que o PJJ de Freguesia de Pereira terá apresentado na última reunião seguramente que essa preocupação deve estar na ordem do dia, apenas posso reforçar a sua posição e está aqui também o Vereador responsável pela área, que tomará nota para que logo que seja possível, possa ser satisfeita; -----

----- Relativamente aos contentores há um problema de facto com o trabalho da Ersuc. Infelizmente para nós não é virgem a queixa de que muitas vezes os contentores são despejados de forma rápida, célere e às vezes nem sequer são colocados no próprio sítio. Isso tem-nos trazido alguns problemas, nomeadamente até em relação a congestionamento e constrangimento de tráfego, pelo que na última reunião de Executivo tivemos uma situação caricata em relação a um possível contentor que atropelou um carro, é mesmo assim, não me enganei. O que quero dizer é que essa preocupação, sobretudo na parte da limpeza, da desinfecção e desinfestação dos contentores, tem sido manifestada assiduamente à Ersuc. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

-----A Urbanização da Quinta de S. Luis, em Pereira, ainda não foi entregue ou seja a Autarquia ainda não tomou posse dela. Como sabemos é uma urbanização que nos tem levantado, desde o início, várias preocupações, pela sua densidade e carga que representa para aquela parte do território. Merece, obviamente, para além disso, preocupações acrescidas ao nível da limpeza, da manutenção dos espaços públicos e espaços verdes, bem como em relação à questão que aí vai entroncar, que é a das acessibilidades. Em concreto, tanto quanto me é permitido informar, a CM ainda não tomou posse administrativa daquilo e, nesta fase, ainda podem ser feitas correcções ou pelo menos assacar das responsabilidades ao proprietário;-----

-----Quanto à questão das lombas, perdoar-me-ão a resposta que não é evasiva, mas é, de alguma forma, pouco objectiva: as lombas que foram colocadas em todas as áreas do concelho respeitam o que a legislação nacional prevê. Aceito que me diga que naquele caso concreto a diferença da altura do pavimento para a lomba é de facto originadora de constrangimento para as pessoas, nomeadamente para as ambulâncias e isso é uma das coisas que me sensibiliza. Se formos a Condeixa é exactamente o mesmo, mas o problema dos outros não nos deve preocupar. Já foram feitas algumas correcções como, por exemplo na rotunda em Pereira que, na altura, também estavam muito próximas e altas e foi possível corrigir. Estou certo que farei chegar ao Vereador responsável essa preocupação e se for possível fazer a correcção, em todo o percurso que foi intervencionada. Aliás, há uma que nunca percebi o que é que ela lá está a fazer, que é mesmo na curva em frente à estação de Formoselha, já quer nem dá acesso às casas, nem está antes de um estabelecimento.-----

-----Quanto à pergunta do PJF de Santo Varão, de facto ainda não tenho conhecimento formal de nenhuma resposta em relação às Moções que foram aqui colocadas. Pessoalmente posso dizer-lhe que o PCM na passada semana, reuniu com o Primeiro-Ministro e os vários Membros do Governo, numa sessão de trabalho que decorreu em Coimbra e como fez questão de relatar na última reunião de CM, manifestou-lhes várias preocupações, entre as quais o traçado do prolongamento da variante em causa. Face à situação e enquanto não se desenlaça este nó, propôs que seja criada uma alternativa com base no que actualmente existe e que passaria pelo alargamento da ponte do Paço, que é uma obra intermunicipal, sendo necessário um entendimento entre as CM de Montemor e de Coimbra. Não sendo uma resposta que, seguramente, lhe vai agradar, é pelo menos o constatar que o assunto está a ser tratado ao nível intermunicipal, que o próprio Secretário de Estado conhece bem e que pode vir ajudar a resolver;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

----- À questão levantada pelo Membro Marco Góis sobre o CMJ, digo-lhe que foi um projecto lançado no primeiro mandato que tinha um enquadramento próprio e que, hoje, confesso, está desajustado. Na altura tivemos e bem, o contributo do representante da JS e em plena AM trocamos algumas informações, contributos no sentido de adaptar o regulamento. No entanto, e como em tudo na vida, quando não atingimos os resultados que gostávamos de atingir, então devemos repensar as iniciativas. Hoje tem-se sobre o projecto, uma ideia diferente e não me espanta que possa haver um compromisso formal de que venhamos a pegar novamente nele, criando uma proposta mais actual e, porventura até mais completa para poder responder aos desafios que hoje se colocam. ---

----- Quanto às questões que o Membro Jorge Camarneiro coloca, em relação à Rua 25 de Abril, estou certo que o PJF de Montemor terá presente no seu Plano de intervenções com a CM, a sua recuperação. -----

----- Quanto à questão dos prédios desgarrados: julgo que a preocupação que aqui foi manifestada tem muito a ver com a preocupação estética, mas a única garantia que lhe posso dar é que se estão licenciados, têm que responder e têm que cumprir as normas do PDM. Não estou a ver que possam ter sido aprovados, licenciados e construídos não cumprindo as normas do RMEU ou do PDM e, portanto, acredito, que do ponto de vista estético possam causar alguma violência visual, mas, como lhe digo, da nossa parte o que temos que garantir é a legalidade dos actos praticados. Nesse ponto de vista, se for possível, no futuro, fazer corresponder ao campo legal o campo estético, também estamos certos que vamos ter em conta as observações que o Membro Jorge Camarneiro aqui colocou. -----

----- Dentro daquilo que é a minha capacidade de poder responder às questões que foram colocadas julgo que de alguma forma esclareci aquilo que era possível esclarecer. Se houver algum Membro da Assembleia que queira algum esclarecimento adicional em concreto ou técnico, é evidente que o farei chegar". -----

----- **PONTO DOIS - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;** -----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: "Relativamente à Informação Escrita é claro que é um pouco fora de tom porque eu a perguntar teria que o fazer ao próprio. Uma das questões tem a ver com aquilo que já aqui se referiu e que foi a presença do PCM da reunião de trabalho com o Governo, em Coimbra. Recolhi já informação preciosa mas penso que não deve ter sido apenas esse o objecto dessa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

reunião e, portanto, se houver possibilidade do vice-presidente nos colocar um pouco mais a par da agenda desse, agradecia. -----

-----Depois uma outra questão é sobre os pontos municipais de banda larga, neste caso Coimbra Digital, que eu tinha sugerido na altura que, para além de ser instalado na CM o pudesse ser também nas Escolas, de modo a que estas pudessem ter também essa disponibilidade de acesso à banda larga. Isto não é para voltar à carga com a proposta mas apenas para conjugar com uma outra situação. Sei que isto foi só para os líderes dos grupos da AM, mas a CM deve, na minha perspectiva, também fazer exercício de combate ao desperdício. Ora, na minha opinião, não faz sentido mandarem o Relatório de Contas, Plano e Orçamento e depois da aprovação dos mesmo ser-nos enviada a acta com a acta de todos aqueles documentos. Isto para dizer que, de facto, seria preferível usar o correio electrónico, fazendo um scanner dos anexos, porque as actas estão disponíveis no site da CM, mas os anexos não estão. Eu preferia recebê-los dessa forma, o que ficaria mais barato no correio, mais fácil para poder trabalhar e julgo que aos outros também. Não vale a pena nós tentarmos, como já uma vez disse, dar respostas pela Internet quando continuamos a pensar à luz do candeeiro de petróleo - assim não funciona, garantidamente. -----

-----Uma outra questão prende-se com o que está anunciado de um programa gravado para a TSF a transmitir no próximo sábado – ora é evidentemente que nem todos podemos, tendo um target bem escolhido, ouvir a TSF, mas acho que é uma boa solução, se queremos seguir um projecto e um objectivo creio que escolhemos bem a rádio e necessariamente depois temos que ser coincidentes com as práticas nessa questão. -----

-----Ainda uma outra questão - sem estar aqui com as dores de parto de ninguém, lembro, naturalmente, ao meu colega da AM que as questões do Governo são do Governo, mas as questões socialistas também me dizem respeito a mim e, portanto, se me é permitido gostaria de tecer dois breves comentários à questão do novo modelo de gestão da escola. Na sociedade e nos momentos de ansiedade, tanto quanto me apercebo, não há alteração do regime democrático; é verdade que há eleitores diferentes, mas estes continuam a representar a sociedade e a representar os professores e não é novidade nenhuma para si, Jorge Camarneiro, porque já o disse aqui noutras circunstâncias, eu prefiro, de facto, lideranças unipessoais e responsabilizadas. Aí há uma alteração, mas curiosamente, nesse aspecto prefiro lideranças unipessoais a quem poderemos responsabilizar. Sinceramente, daquilo que eu penso sobre o que é o ensino em Portugal, se é que penso alguma coisa, não vale a pena nós trabalharmos com rankings, importa trabalhar para termos bons estudantes e quando a responsabilidade é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

unipessoal é a melhor forma que pode ser implementada no modelo de gestão da escola e que não põe, na minha perspectiva, o regime democrático em causa. Evidentemente que, agora, sei quem é o responsável pela gestão da escola, é aquele ou aquela e, a partir daí tornar-se-á mais fácil, até para nós, até para a Autarquia, conhecer um rosto, uma liderança, como agora se diz, com quem se estabelecem compromissos, com quem é que se planifica a melhoria do ensino. Não vale a pena subir no ranking, se isso não corresponder a uma melhoria efectiva do conhecimento, como às vezes escrevo, neste momento se calhar o activo mais importante desta sociedade-----

----- Depois e podendo concordar com algumas das alegações que fez ao novo Código Laboral, por quanto é óbvio, nós trabalhamos mais pelo mesmo salário evidentemente há uma diminuição do rendimento de quem trabalha e um aumento de rendimento de quem é patrão, não posso deixar de dizer que, da minha experiência com jovens qualificados que fazem a sua entrada no mercado de trabalho, encontrei neles, curiosamente, os mais fervorosos adeptos deste novo Código Laboral que não conhecemos, mas que, segundo a imprensa, teve o acordo do Governo e de todos os outros parceiros menos da CGTP. Não quero acreditar que a CGTP não tenha as suas razões, mas não posso deixar de registar que os outros também devem ter razões e, como costumo dizer, penso mesmo que se calhar o Membro Jorge Camarneiro tem de facto uma razão que é que o PS, às vezes, tem o complexo de governar. Já lhe disse que muitas vezes, internamente, digo quando não estou de acordo, mas não podemos esquecer que as maiorias, os Governos, têm o direito de governar, não têm o direito da razão e, portanto, governam dentro daquilo que lhes parece vir a ser o melhor para o País. Repito que sem prejuízo de algumas questões relativamente ao novo Código Laboral, até porque não o conheço, haverá questões importantes que levaram a outra Central Sindical e os outros Sindicatos Independentes a mudarem de opinião durante a presente semana. Reconheço, uma vez mais, que o PS tem algum complexo de governar, pelo que estou de acordo consigo, nesta matéria. O PS não devia ter tal complexo e havia de governar com as políticas que apresenta ao eleitorado, sendo, depois, mal ou bem julgado por isso”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Peço desculpa por voltar a pedir a palavra aproveitando este ponto, mas não posso deixar de tecer algumas considerações. É evidente que qualquer elemento desta AM ou qualquer força representada nela representada, tem o direito de ter a sua opinião, o que respeito. Apenas tentei dizer que não estou de acordo com o actual modelo e, gostava de salientar o seguinte: esta teoria é perigosa porque, desta forma, também não se percebe porque é que não pode existir uma comissão de notáveis para eleger o PCM, o PAM ou o PJF. Falo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

num conjunto de notáveis mas lembrando que, naturalmente o PCM e o PJF são, por Lei, os primeiros candidatos da lista mais votada, portanto não estão nesta situação. Os outros sim, são eleitos pelos Membros da AM e, portanto, vamos ver se somos rigorosos. Isto começa a ser perigoso e começa a pôr em causa aquilo pelo qual muitos se debatem. É evidente que a democracia pode ser contestada e há quem diga aquilo que todos sabemos, mas a verdade é que não são essas as verdadeiras razões por que as escolas estão na situação em que estão. Não é por se trabalhar menos, ou ter uma semana com menos horas que Portugal está no estado em que está. Os países mais desenvolvidos têm menor carga de trabalho, têm mais descanso, melhores salários e estão bastante mais desenvolvidos que o nosso. Os trabalhadores ganham bastante mais do que os nossos e vivem muito melhor, pelo que penso que, às vezes, começamos a roçar um bocado a demagogia. É evidente que se se entregar a um funcionário de um município uns pregos e um martelo para fazer uma estacada e ao outro entregar um martelo pneumático, este vai fazer o mesmo trabalho em muito menos tempo e não é ele o responsável da falta de produtividade. Agora, temos um problema neste País: quem discute com os parceiros sociais, em geral, é o futuro responsável dos organismos que integram as associações patronais; ou seja, a UGT é tradicional que faça o frete ao Governo, seja ele qual for e, portanto, não é, nem eu sequer aleguei esse aspecto, dei uma opinião, pelo facto de a CGTP estar contra que o acordo é mau; também não é pelo facto da CGTP estar a favor que o acordo é bom porque, pelos vistos, teria sido negociado já há algum tempo que o acordo haveria de ser feito e não é pelas associações patronais estarem de acordo com o novo Código que ele é bom. O que quero referir é o seguinte: temos a maior desigualdade da Europa e isto é, penso eu inquestionável - temos o mesmo custo de vida ou maior do que os países mais ricos da Europa, temos os combustíveis mais caros, temos a alimentação da mais caras, tudo o que temos é do mais caro, sendo certo que estamos a anos luz do ponto de vista remuneratório. Bom, mas os nossos Grupos Económicos e as nossas Associações Patronais têm os maiores lucros da Europa e se verificarmos que a EDP, a PT, a GALP, os Bancos que são os verdadeiros factores de produção da nossa economia continuam a crescer e a enriquecer, então significa que esse enriquecimento está a ser retirado aos trabalhadores e há outra parte da população, que é a esmagadora maioria, que vive cada vez pior. O que quero dizer é que o Partido Socialista não tem coragem, bate em quem é fraco, tem medo de quem é forte. Era isto que queria dizer e registar. De resto, direito à opinião, sempre”.-----

----- O vice-presidente pediu a palavra para prestar esclarecimentos, dizendo: “Não vou, obviamente, entrar neste debate, não porque não gostasse, mas porque o PCM está a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

chegar. No entanto permitam-me numa das questões que o Membro Fernando Ramos aqui levantou, que tem a ver com a educação globalmente entendida e lembrar 3 aspectos e porque penso que a AM é merecedora destes esclarecimentos:-----

----- Quanto ao Centro Educativo de Montemor-o-Velho (CEM), dizer-vos que o PCM foi, hoje mesmo, assinar o protocolo e estamos a falar num investimento global de 2.600.000 euros para os quais existe uma comparticipação financeira na ordem de 1.700.000 euros. A partir de agora temos 6 meses para consignar a obra, ou seja, não são 6 meses para lançar concurso, são meses para consignar a obra o que é uma boa notícia, um bom indicador, tendo presente que a capacidade está esgotada em relação aos estabelecimentos que servem a população do 1º CEB e Pré-Escolar e, considerando, que estamos a pensar numa estrutura que seguramente irá beneficiar todos os seus utentes e, em primeira instância, os alunos e as crianças. O CEM vai localizar-se, julgo que já é por todos conhecido, entre a EB Jorge de Montemor, a ES e o Pavilhão Municipal, ou seja, vai criar ali um “campus escolar” que parece ser de grande qualidade;-

----- Também, esta semana, o PCM esteve numa reunião com a Directora Regional de Educação onde lhe foi garantido que não iremos ter, este ano, suspensões de escolas, como estava previsto na reforma anterior, sobretudo de escolas com menos de 20 alunos, como já era previsível que viesse a acontecer, porque estão, neste momento, a ser testados estes novos modelos de gestão;-----

----- Quanto aos CGT, não entrando aqui em mais pormenores, a CM está a cumprir o seu papel - endereçou um conjunto de convites de forma a garantir, por um lado a sua funcionalidade dentro do que nos parecer ser a garantia de confiança, já que a CM é chamada a suportar financeiramente o custo dos transportes, da alimentação, da rede do parque escolar e outros e, por isso, não se demite de participar, até por direito próprio, nos CGT. O PCM convidou um conjunto de personalidades que nos dão essa garantia, quer da funcionalidade da exequabilidade do papel activo da CM, quer do papel da democracia que aqui se exerce e estamos agora a participar num conjunto de Assembleias por forma a que, não aplaudindo de pé a Lei, não nos demitiremos de fazer cumprir a responsabilidade que a autarquia tem em relação ao processo. Por isso, julgo que a nossa participação é responsável. -----

----- O PCM acaba de chegar e, neste caso, peço-lhe que faça o ponto de situação da reunião de trabalho em que participou com o PM e com os vários Membros do Governo onde, seguramente, levantou questões relacionadas com a variante à EN341, levantou e ouviu questões relacionadas, não só com acessibilidades, mas também como com outras situações uma vez que desempenhava o duplo papel de PCM e de Presidente da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

Associação dos Municípios do Baixo Mondego (PAMBM) e, nessa qualidade, foi porta-voz e defensor de um conjunto de 10 Municípios”. -----

-----O PCM usou da palavra e disse: “Boa tarde a todos. Cumprimento a MAM na pessoa do PMA, os Membros da AM, o público em geral e, uma vez mais, reitero o pedido de desculpas por esta alteração de horários, mas penso que a calma é justa e merecedora. Tive oportunidade de ser o primeiro a assinar o protocolo para vir embora mais cedo e poder receber daqui a pouco o Professor Doutor Augusto Mateus.-----

-----Em relação aos aspectos que o vice-presidente sublinhou diria que, globalmente, no passado fim-de-semana, aquando da visita designada do Governo em Coimbra, neste caso concreto, houve a oportunidade de acompanhar mais de perto um conjunto de iniciativas que, se por um lado se revestem de prioridade importante para a Região, por outro são vitais para Montemor e, das quais, sublinharia 3 ou 4 que julgo que serão aquelas que mais nos dizem respeito.-----

-----Em primeiro lugar, tive a oportunidade de partilhar a apresentação da candidatura da Universidade de Coimbra (UC) a Património da Humanidade, na Biblioteca Joanina. Gostaria de sublinhar a existência de um discurso novo que já tive a oportunidade de realçar ao magnífico Reitor da UC. Penso que, de facto, estamos a viver uma fase de transição em que a própria UC, dentro duma estrutura que é extremamente pesada e extremamente plurifacetada, tem vindo a concretizar e julgo que farei justiça se disser que hoje já há mais actos do que palavras e acho que isso é importante. Não só a UC - Património da Humanidade - teve essa leitura, mas também os principais políticos nacionais que intervieram e, hoje, há uma noção por um lado de património, de história, mas ao mesmo tempo uma noção do futuro, de regional, de potencial da delacagem de desenvolvimento, de parceria, de cumplicidade aos mais diferentes e diversos domínios e, penso que isso é fulcral. Revejo-me e aplaudo esta mudança de posição e Montemor só tem a ganhar pois terá um parceiro digno, como já o demonstra hoje na cultura, no projecto do NanoSpark ou em outros projectos que virão a alimentar esta parceria;-----

-----Segunda nota, que também consideraria relevante e que se prende com a reunião que teve lugar à tarde na Figueira da Foz. Aí foram celebrados um conjunto de protocolos que referentes às primeiras candidaturas ao QREN, no que diz respeito à inovação tecnologia, desenvolvimento e competitividade e onde o projecto de Montemor que apadrinhamos e ambicionamos que cada vez mais esteja disponível com celeridade, teve a 2ª fase aprovada. Estou a referir-me ao projecto da AGNI em que, como sabem, a fábrica em si ou plataforma de produção tecnológica, já se iniciou e foi assinado nesse mesmo dia o protocolo para a concretização do Centro Tecnológico que vai ter mais um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

investimento de 23 milhões. Este situar-se-á junto à EN 111 e vai albergar mais 60 postos de trabalho, para além dos 165 da própria fábrica. Este momento foi também particularmente importante, porque valorizou recursos endógenos da região e teve acento num projecto de que Montemor vai, potencialmente, beneficiar. De referir que houve 2 ou 3 projectos que quero sublinhar, porque tive a oportunidade de no jantar, na sexta-feira com o PM, enquanto PAMBM realçar que eram fulcrais para a nossa Região. Em primeiro lugar a Obra Hidro-agrícola do Baixo Mondego; em segundo lugar as acessibilidades aeroportuárias, em que Monte Real deveria, definitivamente, ter uma palavra-chave para com a nossa Região; a concretização da Plataforma Logística Polinucleada e desenvolvimento de todas as infra-estruturas do Porto da Figueira da Foz e as ligações prioritárias. Refiro-me a estas porque foram lançadas precisamente no outro dia, do IC12 (Coimbra / Viseu via Mealhada), IC3 (Coimbra / Tomar) IC6 e IC7 (Coimbra / Covilhã) E referi tudo isto porque dentro desta leitura, a tal marca de Coimbra que muitos defendem só ganhará quando a convergência da força centrífuga trazer para Coimbra através das melhores acessibilidades aquilo que ela hoje não tem - falamos de centros de investigação e de muitos outros pólos de riqueza e desenvolvimento. Ouvimos falar da Covilhã, de Tomar, de Viseu e, sem um sentido regionalista demagogo, precisamos de ganhar numa leitura política de Coimbra que terá de se reafirmar pela positiva, pois penso que não será com discussões fúteis politiquieiras, se ficamos com o “Wing”, com a cultura, desporto ou com a educação que vamos ganhar esse estatuto. Mais, penso que poderá ser através dessa forma que vamos continuar a cultivar ódios, ciúmes, revanchismos e, se calhar provincianismos, mas isso será uma palavra se calhar muito mais dura. -----

----- Dentro desta perspectiva, outras garantias que já tinham sido afirmadas, foram dadas e apresentadas claramente e que passam pela modernização da Linha da Beira Alta, sobretudo pela ligação da Figueira da Foz à Pampilhosa, pela aposta na Universidade de Coimbra dentro da lógica que há pouco falei e de 2 grandes pacotes de discussão, um deles, aliás donde eu venho e outro que, sobretudo consideramos que está em aberto e que não temos respostas cabais, concretas e sobretudo práticas. Uma delas prende-se com os CE e, sobretudo numa linha política e de leitura que eu sintetizaria da seguinte forma: aplaudimos e defendemos que a gestão do QREN seja consentânea entre o discurso político de quem o gere com a acessibilidade de quem o aproveita. O que é que isto significa? Significa que há uma contradição de fundo que se prende com a circunstância de continuar a ser dada aos Municípios apenas e exclusivamente a oportunidade de contratualizar subvenção em áreas afectas à componente material, nomeadamente do FEDER e isso confere, depois, pesos simbólicos quer do ponto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

vista quantitativo dos custos que estão subjacente quer da capacidade de actuação dos agentes e em que eu incluo as Autarquias como dos mais dinâmicos e os mais importantes. Por outras palavras o que é que isto significa? A possibilidade, eu defendi-o precisamente perante essa plateia, de os Municípios terem acesso a outros fundos e a outras agências e, aí há que considerar isto não como uma leitura critica e imediatista, mas uma leitura já de meses claros de gestão destes trabalhos e destes projectos, como, por exemplo, do programa operacional do potencial humano, do programa operacional de valorização do território, do FEADER ou do PRODER, como queiram. Falamos aqui da parte agrícola gerida por outro comissário, por outra área que tem que ser partilhada com os Municípios senão, digam o que disserem, nós continuaremos a discutir apenas o betão, o cimento, a estrada, o saneamento e a valorização do potencial humano, como é o exemplo mais gritante os CE, nomeadamente aquele que eu agora acabei de assinar para começar a construir em 1 de Dezembro de 2008 para Montemor, não se inscrever numa política nacional, que nós aplaudimos que seja prioritária, mas que vá ao encontro do ponto de vista financeiro do PO, PH Nacional e não ao PO Regional de valorização interna e porquê? Qualquer um de nós faz as contas muito simples. No caso do Baixo Mondego nós somos 10 Municípios, vamos ter um valor contratualizável possível de 62 milhões de euros; o CEM custará 2.600.000 euros, dos quais vamos receber 61% de comparticipação, o resto é pago pelo Município; se multiplicarem isto por 10 Municípios em que todos só construíssemos apenas um CE, as verbas a contratualizar desapareceriam pura e simplesmente, apenas para uma vertente e onde é que fica a requalificação urbana? Onde é que fica o ciclo urbano da água? Onde é que fica o potencial de desenvolvimento económico? Onde é que fica toda a outra estrutura? Há que ter em atenção, porque toda esta situação vai ser extremamente delicada, já a partir do próximo ano e porquê? Quem esteve mais atento a todos estes processos e os acompanha de mais perto, sabe que o primeiro indicador de eficiência da gestão comunitária, que está em vigor desde 1 de Janeiro de 2007, é feito ao fim do 3º ano, ou seja, 2007/2008/2009 e a questão clara é que ao longo destes primeiros 2 anos não têm havido acessibilidade ao Fundos Comunitários. Eles foram apregoados, foram vendidos, mas não foram entregues, o que significa que e é ingrato que isto se sinta numa forma por um lado quase que obrigatória, mas por outro lado de uma forma em que vamos ter, sem sombra de dúvidas, circunstancialismos muito delicados, porque 2009, quer queiramos quer não, é um ano de eleições nacionais, e autárquicas e é o ano em que num próprio período temporal dessa matéria se terá que executar aquilo que não se executou nos 2 anteriores. Isto para quem sabe, quem tem lido, quem tem ouvido e quem acredita que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

2009 financeira e economicamente vai ser pior que 2008, meus caros amigos há algo que vai mal no reino. -----

----- Outra área muito delicada, sobretudo para o nosso Concelho é a do ciclo urbano da água. Aqui a leitura tem um ênfase muito maior, porque a adjectividade que lhe é dada é sentida no nosso dia-a-dia e vamos ou não concluir a implementação do saneamento em falta, já não digo só no Concelho, estou a falar no Distrito, estou a falar no País. Com que meios, com que gestores, com que responsabilidades? E, dentro disto a questão é muito simples: o dinheiro que existe no PO Centro para o ciclo urbano da água e estamos a falar praticamente em saneamento, tem 70 milhões de euros que se formos perfeitamente honestos não dá para a reposição das redes de água que em alguns Municípios já estão mais que desaquadas e obsoletas. A questão que se coloca e que aqui já definimos noutras alturas, que pensamos ser opinião da maioria desta AM, para não dizer unanimidade, porque nisso dou o benefício da dúvida ao meu amigo Jorge Camarneiro que se tem mostrado mais descontente nessa matéria, a situação é que a verticalização do sistema vai obrigar-nos a vender o presunto ao monopólio se queremos celeridade, emergência deste processo. O que é que isto quer dizer: que ou nos abrem uma porta para que, no contexto duma Associação de Municípios como aquela que nós temos, seja dada a prioridade, por exemplo a Municípios como o de Cantanhede, Montemor e Soure e falo nestes 3 porque são aqueles que não integraram até hoje sistemas de rede em alta e, portanto, têm situações peculiares para resolver ou esta matéria vai ser muito delicada de ser tratada. Das duas uma - ou nos dão um passaporte de acessibilidade onde possamos passar sem pagar e vamos buscar os fundos ou, claramente, vamos é saber se estamos disponíveis para nos vendermos à holding Águas de Portugal que faça a candidatura de toda a Região e de sacar o dinheiro ao Município e ao Município. Esta é a área mais delicada e que na próxima semana vai ser alvo duma reunião, que eu solicitei à gestora do PODT e que vou ter a oportunidade de, em Lisboa, com os colegas da zona, nomeadamente os PCM que citei, se vão pronunciar. -----

----- Regressando a essa visita, ao jantar de sexta-feira e ao programa mais específico do Concelho de Montemor salientaria 5 preocupações básicas apresentadas. As que vou citar, não direi que foi por esta ordem, nem que é esta a minha prioridade: acessibilidades - nó da A17, na saída Montemor/Soure e variante da EN341-347 (novo com ponto de interrogação, estudo de impacte ambiental no traçado Arzila/Alfarelos). Duas notas em relação a isto: se quanto ao nó da A17 as coisas me parecem que vão ser céleres, vão corresponder ao anseios, não só de Montemor, mas também de Soure e podemos estar a falar num prazo de dois anos a dois anos e meio para ter a situação estar viabilizada;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

quanto à questão já da variante da EN341, sobretudo nesta ligação Arzila/Alfarelos a situação é mais delicada porque o está em cima da mesa são 2 potenciais cenários - ou nós pura e simplesmente encetamos uma postura de dizer “não queremos, não queremos” e volta tudo à estaca zero. Atrevo-me a dizer que o Governo alimentaria esta solução, porque também lhe interessa, porque não é prioridade, neste momento, este traçado. Sejam os claros: estamos a falar, independentemente, das nossas cores partidárias, do nosso Concelho, das nossas terras, dos nossos bens, dos nossos vizinhos e, assim, algumas das questões que eu possa até de uma forma mais aberta comungar, espero que do outro lado saibam entender e utilizar o discurso político-partidário adequado que faço e não admito que me façam o contrário, senão deixo de trazer aqui o que entender, guardando para mim o que tenho para guardar e disponibilizarei, apenas, com quem ache mais pertinente.-----

-----Segunda nota - mantendo a visão do que foi a discussão e que não nos satisfaz, não haverá hipóteses de refazermos algo daquilo que para nós foi omitido como trabalhos, estudos anteriores, sobretudo aquando da aprovação do Plano Director do Paul de Arzila. Será que é possível ou não repescar outras circunstâncias em que não havendo também grandes obstaculizações para não dizer que não há nenhum, até das áreas políticas dos Municípios nossos vizinhos, porque é que havemos de ser nós os sacrificados? Não será possível, no entendimento diplomático, se calhar moroso, mas consciente de sentar as Obras Públicas e o Ambiente e refazermos algo do que tem a ver, sobretudo na acessibilidade mais próximas dalguma parte do nosso Concelho aos nós prioritários e mais tarde irmos ganhando peso para refazermos algo? Eu sou muito sincero nesta matéria e digo-o olhos nos olhos: entre as soluções A, B e C foi aprovada a C, quando eu e o Município defendemos a A, mas esta era uma forma fundamentalista de reivindicar determinado tipo de circunstâncias. Digo-vos claramente que a A fechou o ciclo de expansão de Pereira, se ela fosse autorizada nos moldes claros com que ela foi apresentada e era uma vitória. Julgo que há soluções mais adequadas. Disse ao Secretário de Estado que, no prazo temporal desta matéria, nos permitam que no Município de Montemor, nomeadamente nas povoações de Pereira, Santo Varão e Formoselha, as vias de comunicação quer de acesso da margem esquerda, quer da outra parte de ligação sejam beneficiadas, nomeadamente o alargamento e a conclusão da via prioritária desde Arzila/Taveiro até Pereira, Ponte do Paço e alargamento de toda a ligação até à ponte de Formoselha, porque daí para baixo já nós temos no projecto da margem direita do Centro Náutico, a construção da nova estrada que vem entrar na ponte das Lavadeiras. Referi, ainda que os PJF Freguesia do meu Concelho fizeram uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

amostragem em que das cerca de 11 a 13 000 viaturas que circulam na zona 70%, mas eu acredito de que seja mais, não são oriundos do nosso Concelho, fazem trânsito quotidiano Figueira/Coimbra e Coimbra/Figueira utilizando estradas municipais, delapidando património municipal, pondo em causa a segurança das populações. Se formos construir a variante C, com mais 5 km, com o preço a que o gasóleo e a gasolina estão, pergunto se qualquer cidadão que faça esse trajecto vai fazer 6 km a mais quando continuar a ter as estradas de Montemor abertas para eles poderem passar. Que eu saiba ainda consigo pôr portagens nas estradas municipais, senão punha. Não vamos atrás de aparências em que vamos continuar apenas a tomar o comprimido e ficamos com o mal no estômago, porque o comprimido vai-nos atenuar apenas a dor. Em sùmula, diria que senti da parte do Secretário de Estado e do Ministro disponibilidade para se sentar com os seus congéneres do Ambiente e com os PCM de Montemor e de Soure. Aquilo que já transmiti, quer no Executivo Municipal, quer aqui, é que, meus caros, isto é um problema político, e, hoje, quer queiramos quer não por muito que digamos quem está no Poder é quem nós sabemos e, portanto eu mexo-me dentro da diplomacia e dos interesses, mas qualquer um dos outros que está neste momento mais afim desta matéria tem responsabilidades acrescidas para fazer ver e fazer crer de que, por um lado não podemos rasgar o que está feito, senão voltamos à estaca zero e estamos daqui a 10 anos todos rotos aqui a perguntar “afinal para quê?”. Nesta matéria o consenso implica antes de mais, também, sobretudo uma leitura mais próxima das contrapartidas que poderemos exigir para beneficiar, a curto e médio prazo as questões fulcrais e fundamentais do nosso Concelho. -----

----- Fora das acessibilidades, a outro nível de preocupação apontado foi, sobretudo a empregabilidade e o desenvolvimento económico, a inovação e a tecnologia, o garantir dos financiamentos para o PLIA e dinheiro para o NanoSpark e para o Parque de Ciência, em Montemor, que a própria UC através do seu Reitor já tinha tido a oportunidade de acalantar e defender.-----

----- Finalmente, a requalificação urbana de baixa densidade, fundamentalmente em duas zonas: a chamada Gândara e o chamado Vale. A Gândara será o eixo fundamental de recuperação desde a Volta da Tocha até à EN 111; o Vale que vem desde a EN 111, em Tentúgal, até à saída no alto de Quinhendros. Requalificação Urbana dos centros e, só através desta forma, podemos recuperar as acessibilidades, porque hoje já não há dinheiro para acessibilidades de “per-si”. Como vão ver, quando o Professor Doutor Augusto Mateus aí estiver, estas são 4 ou 5 das prioridades fundamentais que se inscrevem no Plano mais global que ele falará. Dir-vos-ia apenas o seguinte: neste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

momento não se esqueçam que se nós quisermos apresentar a candidatura ao ciclo urbano da água e, ele está pronto, só vai pedir autorização para ser entregue, por isso é que isto foi agendado hoje para inscrever algumas das rubricas que não estavam no Plano de Actividades, nomeadamente a aquisição de terrenos, dizia eu que se for permitida essa candidatura e só para a rede de esgotos de Gatões e Seixo, de Liceia, de Verride e Vila Nova da Barca, de Arazede, com conclusão da Etar e da Portela, com construção de Etar e a rede da Torre e Moinho da Mata, isto tudo somado dá 9.500.000 euros. Se juntarmos 11 milhões, para quem está esquecido o Centro de Alto Rendimento (CAR) que foi negociado e assinado, já vamos em 20 milhões; com o CEM acabado de assinar, já vai em 23 milhões e, se nós conseguirmos a requalificação urbana e o PLIA estamos a falar, “grosso modo”, em 35 milhões de euros para um quadro cujo co-financiamento nos vai atribuir no mínimo 40%. A partir daqui, logicamente, e vão ouvir a palavra de quem sabe mais do que eu ou temos uma visão em que vamos apostar no essencial ou se formos dividir pelo acessório, meus caros amigos, arranjem outro porque eu não vou para esta paróquia. Muito sinceramente vos digo “cara-a-cara” e a vossa visão será paga a médio e longo prazo, não tenho dúvidas nessa matéria, porque o problema não está no nível de financiamento obtido, está na capacidade financeira que nós próprios temos de suportar, a participação própria, porque deixemo-nos de galanteios: o CAR tem 11 milhões de euros assinados, 25% paga o Município de Montemor, 75% paga o IDP, mas não é o IDP que vai pagar; quem vai pagar é o Fundo Comunitário, isto é, com muita sabedoria e por muito que isto custe e agrida alguém a componente da subvenção nacional está a ser paga pelas Autarquias. Honro-me disso, mas não deixo de denunciar e de os escapelizar, porque é através dessa via que quando chegarmos à altura eu assumirei os compromissos que temos. O Governo pela primeira vez, através do Secretário de Estado da Administração Local, abriu excepções às CM endividadas dando-lhes o benefício de ir buscar os Fundos complementares do QCE para executar o resto das obras. Isto significará que essa via tem que ser selectiva. Se é esse o caminho, eu subscrevo-o, não pode é ser, chamemos-lhe banalizado, porque estamos a falar de compromissos de futuro, de enquadramento de dívida, de despesa de investimento. Neste momento o que está em cima da mesa é um programa territorial de desenvolvimento numa área de 10 Municípios e decorrente disso, já levei ao Executivo que apadrinhou a ideia, nós poderemos vir a desenvolver um plano estratégico municipal, mas digo-vos sinceramente apenas só para dar nome porque poderia escrevê-lo numa noite e no dia seguinte ter outro escrito e tenho a certeza que viriam bater-me nas costas e batiam palmas porque, também, se amanhã vou ter a oportunidade de estar, em Lisboa, a falar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

sobre isto ao Ministro do Ambiente, ao Secretário de Estado e a não sei quantos outros, também tinha capacidade para o fazer para o próprio Município. Agora, a questão é que às vezes nalgumas coisas é preciso levarmos o passaporte e levar a marca. -----

-----Dizer-vos, no fundo, que da visita retirei aspectos positivos e uma vez mais continuo a acreditar que Montemor-o-Velho não tem razão de queixa, no presente momento, do Governo em relação aos investimentos que tenho solicitado. Não significa isto, uma afirmação político-partidária, significa, pura e simplesmente, que o PCM tem clareza política evidenciada”. -----

-----**PONTO TRÊS – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO**

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Uma questão apenas: por um lado, para justificar a votação do Grupo do PS e por outro para entroncar naquilo que, de alguma forma, o PCM sem ter introduzido directamente o tema, o fez quando falou do circuito urbano da água e, evidentemente, algumas das questões de que falava, pois, por antecipação, já dava como aprovada esta proposta. Efectivamente o Grupo PS, como os seus Vereadores já tiveram a oportunidade de se manifestarem na reunião de Executivo, vai abster-se nesta proposta de Revisão do Plano Plurianual e a 1ª Revisão Orçamental, porque, como é sabido, reconhecendo a importância do investimento e a problemática do circuito urbano da água, não nos podemos esquecer de que votámos contra o Plano e o Orçamento que, então, foi aprovado. Poderia dizer que isto estaria a dar razão ao PS, mas o não quero fazer, mas reforço que, por isso, nos abstermos concordando necessariamente com as obras e, como é habitual, nestas questões PJF do PS têm liberdade de voto”. -----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Relativamente a este aspecto, queria reafirmar a posição que mantemos ou, pelo menos, que eu mantenho, não por teimosia, mas porque há uma discussão que é preciso que seja feita que é justificar a adesão a uma Organização monopolista da água para resolver o problema do saneamento e isto continua a deixar-me imensas dúvidas. -----

-----Em primeiro lugar, porque o que se vai entregar é a rede de água em alta ficando-se sempre com o ónus da distribuição em baixa e o grande investimento que é feito na distribuição aos Municípios continua a ser da responsabilidade do Município. Não podemos esquecer que, depois, existem o ónus, inclusivamente o de ficar dependente das tarifas do abastecimento de água definidos por essa Organização, onde o Município não terá grande preponderância, será ouvido eventualmente, dado os outros intervenientes. Por outro lado, ainda estou para perceber se o investimento necessário ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

saneamento, se o que faz falta para terminar o saneamento do Concelho, com algum tempo razoável de programação, se é de facto muito elevado comparativamente com a dependência em que nos vamos colocar com a adesão ao Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água. Portanto, esta questão que para mim é politicamente importante, é saber se devemos ficar na dependência duma estrutura, de facto, monopolista. E é por essa razão que mantenho a dúvida. De qualquer das formas, em relação à proposta concreta, vou abster-me, aliás na sequência e na coerência do que fiz relativamente ao Orçamento”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “O nosso Grupo, por uma questão de coerência e também devido à pertinência que este assunto nos merece em prol do desenvolvimento Concelhio, vai votar favoravelmente este ponto”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra - 0 ; -----

----- Abstenções – 08; -----

----- Votos a favor – 26. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

----- **PONTO QUATRO – APRESENTAÇÃO, POR PARTE DO EXECUTIVO, DO PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO BAIXO MONDEGO (QREN 2007/2013)**-----

-

----- O PCM usou da palavra e disse: “Antes de passar a palavra à equipa Professor Doutor Augusto Mateus queria, em primeiro lugar, de agradecer disponibilidade para estarem connosco nesta reunião Ordinária da AM. Gostaria, antes de mais, de realçar 3 ou 4 pontos daquilo que vai ser apresentado. -----

----- Toda a disponibilidade, a visão e a envolvimento que a equipa nos trouxe, mostra que o meu discurso seria mais afirmativo enquanto Presidente da AMBM que, muitas vezes, é um pouco incompatível com a questão de PCM, mas penso que é dentro desta partilha, desta solidariedade e, sobretudo, duma visão cada vez mais lata que terão de se perder alguns egoísmos e ganhar cada vez mais uma marca de altruísmo, aquela com que este trabalho foi desenvolvido. É um trabalho que está, neste momento, entregue na gestão do PO Centro e aproveito, para duma forma informal, dizer quando estive com o Presidente da CCDR e com os seus vogais, me foi transmitido que hoje começaram a primeira série de negociações, pelo Pinhal interior norte, e que aguardariam a entrega do documento final do Baixo Mondego (BM), que eu reporte para a outra semana, depois da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

reunião porque aqui teremos no próximo dia 2 de Julho e depois será encetada a reunião final de negociação. -----

-----Dizer também que todo este Plano Estratégico tem uma visão clara de que o QREN é um instrumento importante, mas não se esgota nele. Tem uma visão temporal alargada, uma visão alavancada em modelos e, sobretudo, em objectivos para o qual o QREN é essencial, mas não exclusivo. Vai partir muito duma filosofia nova de saber estar, saber fazer e saber aprender. Diria mesmo que há aqui 4 desideratos que são numa forma enfática e extremamente bem desenhada, aquilo de que todos gostaríamos que esta Região e este Concelho pudesse ser adjectivado - bom para viver, para trabalhar, para gozar, para aprender e, no final disto tudo, bom para ser governado”.-----

-----O Professor Doutor Augusto Mateus pediu a palavra, dizendo: “ Os meus cumprimentos a todos os presentes e votos de boa tarde. -----

-

-----Optámos por não ter “cinema”, com bonecos e com umas coisas mais complicadas. Pareceu-nos mais interessante fazer uma exposição curta, sintética, com aquilo que são as ideias fundamentais. Gostava, desde já, de salientar que fizemos este trabalho com várias Associações de Municípios, digamos com o BM, Médio Tejo, com o Oeste, com o Pinhal Interior, com o Alentejo Litoral e com o Norte Alentejano o que nos deu para trabalhar com muitos Autarcas e, sobretudo, para poder perceber a disponibilidade da maior parte dos Autarcas para se adaptarem a um novo desafio. Todos compreendem que passado o tempo das coisas mais evidentes e dum certo ajuste de contas com a História, havia muitos problemas para resolver, temos desafios novos em que, no essencial, as coisas têm que ser mais dirigidas para o futuro e, desse ponto de vista é convicção de todos que alguns problemas e alguns desafios têm que ser resolvidos com a colaboração entre Municípios e não Município a Município. Desse ponto de vista, este trabalho, no BM, correu particularmente bem pois foi possível identificar os problemas. Propusemos uma metodologia que permitiu essa colaboração que, no fundo, foi tentar identificar alguns projectos que são do BM, no seu conjunto, em que todos beneficiam com eles e, alguns projectos de alcance intermunicipal, uns construídos de cima para baixo, outros de baixo para cima. Os de baixo para cima são os mais interessantes que é quando um Município se propõe algo que tem valor para toda a Região e era de ver que o Município de Montemor tem muitos contributos para a estratégia que foi desenhada para o BM. Portanto, há aqui uma base que foi trabalhada, os projectos estão todos identificados e, independentemente, do grau de financiamento que se consiga obter na negociação no QREN, esses projectos podem e devem ser um referencial e deve haver

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

uma tentativa permanente de lhes dar vida, independentemente dos montantes de financiamento. Obviamente que entre a disponibilidade dos autarcas e a sua vontade de fazer coisas bem feitas e a vontade da Administração Central (AC) de descentralizar há alguma distância. Existe um ponto muito importante que é levado a sério e que é esta colaboração entre os Municípios da mesma Região e isso talvez seja a base para que a AC confie mais nos Municípios e esteja disponível para fazer uma negociação e uma concertação em que há mais poder a nível local. Como sabem, este é um problema que se arrasta há muito tempo. O nosso País tem uma tendência bastante centralista que, no fundo, ajuda à fragmentação; quando há um Poder Central forte que quer mandar e tem pela frente um conjunto alargado de Municípios que não se articulam entre si, fica com a vida mais facilitada. Assim, estes programas territoriais de desenvolvimento e uma efectiva unidade entre Municípios, que aparecem junto do Poder Central a dizer “nós não queremos repetições, queremos isto em Montemor, queremos aquilo em Cantanhede”, isto dá-lhes força e, desse ponto de vista, tem de se chamar a atenção para que esta batalha não fique resolvida com o programa territorial. É preciso continuar a travá-la e, desse ponto de vista, não há milagres - é um aspecto político por mais que, do ponto de vista técnico, procuremos defender os Municípios e batalhar porque isto não vai lá só por uma lógica de inteligência, mas também por uma lógica de capacidade política. Aproveito esta ocasião numa AM para vos chamar a atenção de que esta é uma batalha de todos os dias porque, muitas vezes, quando estamos usamos esta imagem, quando já há a convicção de que se vai efectivamente descentralizar e confiar nos Municípios, é como um pai que diz a um filho “está bem, vais ter dinheiro para 3 gelados, mas eu é que escolho os gelados, é um de chocolate e outro de baunilha, nada de comer de morango”. Ora o princípio da descentralização é da existência de confiança e se há meios que são postos à disposição das Associações de Municípios é para elas fazerem aquilo que escolheram com esses meios e não para irem fazer aquilo que alguém se arroga o direito de ainda decidir se é preto, azul ou encarnado e esta é uma batalha que não se ganha de uma só vez mas ao longo do QREN. ----- O que é que foi desenhado para o BM? Em termos muito simples, a primeira coisa é tentar ganhar dimensão do ponto de vista daquilo que nós podemos chamar “cidade” - a cidade não é Lisboa ou Porto. Cidade é um local onde temos serviços, temos mobilidade, temos mais oportunidades, pode haver cidade mais rural, cidade menos rural. Cidade é aqui a lógica que se pretende, isto é juntando Figueira com Coimbra, com Montemor com Cantanhede, com tudo aquilo que faz parte do Baixo Mondego que esta lógica de especialização de complementaridade permita, sobretudo visto de fora, prestar mais atenção a esta Região

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

e perceber que há aqui poder de compra, população e consumidores, que suscitam maior interesse do que se olharmos para cada um em particular. O que se pretende é que, no País, esta Região seja conhecida como uma Região com dinâmica urbana significativa e, obviamente, que tem condições para isso. O Pólo Urbano mais significativo que é Coimbra já se articulou com Concelhos vizinhos e as articulações, nomeadamente em torno das grandes acessibilidades de infra-estruturas permitem isso. Esse é o primeiro eixo do programa territorial, da estratégia e que se traduz em 2 pontos-chave: um é esta articulação entre diferentes pólos, a sua complementaridade, uma rede em que as orelhas de um são maiores do que as do outro, outro tem o nariz melhor, isto para poder colaborar porque se for tudo igual são concorrentes e, se forem complementares, colaboram activamente entre si e, assim, as coisas são mais interessantes, os equipamentos podem ser melhor partilhados e os investimentos de cada Município podem ser valorizados por outro. Este é um aspecto; o outro é, obviamente, qualidade, qualificação, requalificação. Hoje em dia, as cidades valem pelo seu valor qualitativo, não valem apenas pelos números e as populações exigem, cada vez mais, terem acesso a um conjunto de modernidades. Neste primeiro eixo, encontrar-se um conjunto alargado de projectos que têm que ver ainda algum ajuste de contas com o passado, porque há coisas que não estão tão bem quanto deviam estar, mas muitas têm que ver com as 4 ideias chave que procurámos aqui trazer que é a atractividade para trabalhar, a atractividade para viver, a atractividade para visitar e, porque achamos que esta Região deve ser, como irão ver, um papel activo naquilo que são algumas estratégias de desenvolvimento mais exigentes, um local onde se aprende: onde aprendem os alunos, os empresários, os autarcas, os cidadãos, as empresas e, portanto, a aprendizagem será como algo coisa que está no coração do que se faz. -----

-----O segundo eixo tem muito que ver com a componente empresarial e com uma coisa que muitas vezes é só conversa, mas que aqui não pode ser que é esta ideia da economia do conhecimento. Hoje em dia, o emprego, a riqueza cria-se não a partir das matérias-primas, mas do conhecimento que se consegue ter da actividade económica, porque toda a gente já percebeu que quando só tenho produtos simples, eles não têm muito valor. Quando só tenho uma garrafa de vinho ela não se vende muito cara; quando só tenho um par de sapatos, que produzi, é pouco; mas quando tenho conhecimento, tecnologia e inovação metido nisso as coisas têm bastante valor. A ideia é que dentro do que vai existir no nosso País, da chamada economia do conhecimento, da conversa, da estratégia de Lisboa, tal não foi feito para conversa, foi feito para realidades. Ora há aqui manifestas condições para se poderem fazer coisas interessantes ligadas aquilo é a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

componente da sustentabilidade, ligadas aquilo que é a mobilização de capacidades e competências e ligadas a coisas que têm que ver com as ciências da vida, mas não se pode querer ter tudo, tem que se ter aquilo que é possível e daqui a 5, 7 ou 10 anos quando se perguntar “onde é que há empresas ou actividades que têm que ver com isso da economia do conhecimento?” ser obrigatório referir no mapa que no BM têm lá coisas interessantes. Não é mundos e fundos, não é aquela coisa que a Europa também tem. Numa lógica que irão ver mais à frente, outro eixo é trazer a UC, outras Universidades e outros pólos de conhecimento para servir os territórios, interligá-los, permitindo que em qualquer Concelho se consiga ter acesso ao que é necessário.-----

-----O terceiro eixo que é, particularmente, importante: prende-se, de alguma maneira, com o colocar do Mondego no sítio em que ele deve estar como factor de coesão e factor de competitividade. Lisboa não existiria sem o Tejo, parece um bocado disparatado ter uma estratégia de desenvolvimento do BM sem o Mondego, seria difícil de o fazer. O Mondego é um dos rios grandes Portugueses e o BM, que é o vosso território tem um potencial muito grande. Claro que há o passado, há as infra-estruturas, há uma série de coisas, mas há hoje a possibilidade de olhar para o BM como uma jazida de riqueza, de actividade muito alargada e associada aquelas 4 coisas ou seja: valorizar o Mondego é ligá-lo ao trabalho, à vida, ao lazer, à visitação, à aprendizagem e é preciso conhecê-lo melhor, é preciso aproveitar os seus recursos. Há aqui um programa integrado em que os projectos não são desgarrados servem para, digamos neste troço que nos traz da Aguieira até ao Atlântico, tentar ter uma lógica integrada de valorização dum grande recurso natural, não numa lógica de irmos fazendo coisas a partir do Mondego, mas numa lógica de criarmos riqueza com o Mondego e de atrairmos pessoas que cá vivem ou de pessoas que para cá vêm temporariamente na lógica também de desenvolver algumas coisas que já foram sendo feitas e que agora podem ser muitíssimo potenciadas.-----

-----O quarto eixo tem que ver com a UC: muitas Regiões se tivessem, a certa altura, de dizer, na sua estratégia, o que é que queriam, diriam “queremos uma Universidade e uma Universidade que seja antiga e que seja boa, etc.”. Ora, vocês, já a têm. Claro que também têm as realidades e, portanto aqui o segredo é a UC ao serviço do BM e esta estratégia surgiu numa reunião de trabalho em que, a certa altura, dissemos “e então a UC? Fica de fora? É que não está aqui em projecto nenhum”. O Presidente AMBM e outros Autarcas tomaram a iniciativa de chamara a UC e abriu-se um eixo da UC ao serviço da Região. Numa lógica que é tentar fortalecer a UC, não só no contexto das Universidades Portuguesas e Europeias, mas também num contexto da UC sair da cidade e ser de todo o território, obrigando-a a ter um conjunto de iniciativas em que se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

descentralize. As Universidades, hoje em dia, não são apenas espaços onde há uns edifícios antigos e uns professores; são espaços onde há isso e que terão de estar em articulação com as empresas, próximos delas. Não faz sentido que sejam as empresas a ir ter com as Universidades, mas o contrário e é assim que acontece no mundo moderno. Por outro lado a UC, pela sua antiguidade, tem um forte potencial turístico e cultural. Voltando ao primeiro eixo, hoje, uma cidade moderna é uma cidade que tem boas casas, bons serviços, mas para o ser em plenitude tem que ter cultura, conhecimento e criatividade. -----

----- A UC tem uma especialização forte em vários domínios, sendo um deles o das ciências da vida e por isso nós procurámos valorizá-lo do ponto de vista da relevância que as actividades económicas aqui podem ter. -----

----- O último eixo e seus objectivos: se isto correr tudo bem, corre bem para as coisas mais importantes do BM. E as menos importantes? E os territórios menos desenvolvidos? E as freguesias mais afastadas? É um eixo de coesão territorial em que tem que haver um conjunto de projectos, não propriamente naquela lógica de compensar os pobrezinhos, mas em que se pensa na coesão do território. Continuarão a existir problemas por muito bem que estas coisas corram e, por isso, houve a preocupação de pegar num conjunto de projectos que permitam oferecer a esses territórios oportunidades de desenvolvimento e de poderem captar alguns dos benefícios destes projectos mais centrais. Esta é a estratégia em termos simples. Fizemos sempre muita força, com todas as Associações de Municípios com quem trabalhamos, para definirem um objectivo, não propriamente que se traduza em projectos, mas em algo real. -----

Portugal, em muito domínios, tem a legislação mais avançada da Europa e isto é um pequeno problema. A legislação é tão avançada que não se perdeu tempo a criar condições para que ela fosse aplicada e, portanto, a preocupação foi que, para além de terem bons projectos e boas ideias tivessem instrumentos para levar à prática e, por isso, insistimos muito na criação de uma rede de governância regional, isto é: materializar aquilo que é colaboração dos Municípios e aí já temos a AMBM. Temos dado uma fórmula que, basicamente, assenta em pressupostos: esta sala hoje é um espaço político, é político porquê? Porque uma AM toma posições políticas, com a legitimidade dos cidadãos que permitiu que ela se formasse. Ora, a maioria dos projectos precisa de legitimidade política, mas precisam de capacidade operacional e uma coisa é o espaço legítimo da democracia, da decisão e outra coisa é como é que se leva à prática. Fazer a promoção a sério do BM nos mercados internacionais é capaz de não ser a principal actividade dos Autarcas - é capaz de ser necessário que seja feito por especialistas, sob

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

orientação política dos Autarcas. Alguns dos problemas que tem havido é confundir o que é dimensão política com aquilo que é dimensão operacional - a dimensão política toma decisões, a dimensão operacional leva à prática. O primeiro grande eixo é criar um instrumento flexível que nos liberte de algumas dificuldades do ponto de vista de gestão financeira que, como sabem tem um conjunto alargado de regras. Seria bom que pudéssemos criar estruturas empresariais, não para fugir a essas regras, mas para poder ganhar flexibilidade, para fazer parcerias com o sector privado, para alargar os recursos, criando, assim, uma estrutura operacional e também com alguma ambição que é esta: se queremos ganhar a batalha da descentralização temos que ser capazes de atrair para o BM alguns dos melhores recursos do País e não estamos a falar de 1000 nem de 2000, estamos a falar de 2 ou 3 pessoas. Penso que têm essa noção: com a contratualização há um conjunto de meios que são postos à disposição da AMBM e aquilo que pode ser feito com esta estratégia é um contrato em que o programa operacional do Centro diz assim em relação ao BM “nós validamos a vossa estratégia, vocês querem fazer esses projectos, então têm aqui tantos milhões de euros para fazerem esses projectos” e, associado a isso vem uma verba que se chama de assistência técnica, isto é, associado a esses milhões vem uma percentagem que vai permitir que haja um pouco mais de meios do que é habitual. Tal permite montar uma estrutura técnica de suporte à realização desses projectos, dar-lhes qualidade, não fazer disparates, fazer as coisas com os pés na terra e isso pode permitir que se abalancem a captar uma ou 2 pessoas altamente qualificadas. Também não faz mal nenhum ser alguém de muito valor aqui da região o que estou a dizer é que ficam com essa liberdade de escolha. -----

----- O outro aspecto que não é tão pouco importante, era mudar um bocadinho a vida dos Autarcas, obrigando-os a organizarem a sua vida de maneira diferente da que têm hoje. Por exemplo, o PCM, até agora, tem sido todos os dias Presidente de Montemor e o que se está a propor é que ele, sem deixar de ser Presidente de Montemor, fosse alguns dias da semana, o responsável por uma área de governação do BM, era no Baixo Mondego o homem, juntamente com outro colega que tomava conta das coisas do turismo ou que tomava conta da economia do conhecimento ou das coisas de sustentabilidade ambiental ou seja, passarmos a ter, no dia-a-dia dos Autarcas, sem prejudicar a sua dedicação à população que o elegeu, quem vai defender essa população naquilo que é intermunicipal ou supramunicipal, no que é aquilo que a União Europeia recomenda do ponto de vista deste QREN que é fazer uma programação por temas e não por destinatário. Este modelo de governação tem de ser todos a montá-lo, a decidi-lo, mas tem a vantagem de, por um lado os projectos não serem uma coisa para pôr num

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

livro, para mostrar nos folhetos mas serem algo para levar à prática, havendo uma preocupação permanente de eles verem a luz do dia no tempo certo. -----
É fundamental numa estratégia até 2013 ou 2015, que é quando fecha o QREN, é que cada projecto seja feito como deve ser. Cortar um bolo antes dele estar cozido não dá muito jeito: há aqui uma certa sequência; os projectos não se fazem todos duma só vez, há alguns que devem ser feitos depois doutros até para se perceber se devemos apertar mais ou menos do que tínhamos pensado. A vantagem da contratualização é que ficam com margem para aumentar as verbas nalgum projecto, diminuírem outras, desistirem duns, substituírem por outros. Também têm a noção das verbas a gastar e existentes - quando somámos o do BM estávamos muito acima porque toda a gente queria projectos que ultrapassavam as disponibilidades. Não tem mal nenhum, é sinal de ambição, mas isto tem que ser uma escolha, considerando que não é como ir ao supermercado com o cartão de crédito do pai, faz-se com recursos escassos. Para toda esta estratégia há um documento complexo e profundo que podem consultar, onde procurámos esclarecer todos os projectos para nos entendermos. Cada um deles tem uma ficha, está identificado, obrigámos os Autarcas e as suas equipas a colocarem números com sentido, a indicarem os objectivos e quem é que participa. Encontra-se lá uma identificação exhaustiva de todos os projectos que dão vida à estratégia e podem, assim, verificar como é que as coisas estão feitas. Obrigámos a definir prioridades porque quando temos muitas prioridades não temos prioridade nenhuma; quando uma família quer casa, plasma, carro, telemóvel, computador, máquina fotográfica, férias, enfim, quer coisas a mais ou, então, terá isso tudo mas com prioridades. Quando um País ou uma Região quer tudo, não tem nenhuma prioridade pelo que temos de ter poucas prioridades para termos prioridades pelo que os projectos estão hierarquizados e, desse ponto de vista, pode-se discutir para ver se está bem, se está mal, mas existe base para essa discussão. -----
-----Desde já, deixo um aviso e que se refere à batalha para conseguir os meios para desenvolver isto que é dura, difícil e complexa. Primeira nota – o dinheiro que está destinado à negociação parte duma base, digamos de cerca de 25% do PO Centro ou seja o montante global do dinheiro e aquilo que está disponível para ser negociado e contratualizado com as várias Associações de Municípios é um quarto disso. Não há razão nenhuma para ser só um quarto e a regra é de que consoante o mérito se possa passar de um quarto para 30% ou 35%. Não há nenhuma razão para ser 25% e não 40%, a não ser uma razão de poder, de capacidade e vontade de descentralização, não há nenhuma restrição. Claro que se forem contratualizados 40% ao nível central se tem poder sobre menos dinheiro e ao nível local se tem poder sobre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

mais dinheiro; é uma consequência clara e, desse ponto de vista, é uma batalha dura que é preciso travar e todos perceberão que estar a contratualizar 25% ou 40% do programa operacional é completamente diferente sobretudo para os projectos de menor dimensão que são aqueles que terão mais espaço se conseguirem subir o montante negocial. -----

-----Segunda nota - o QREN é algo complicado. Não sei qual a vossa opinião, mas o QREN ou é só a sigla ou então quando se começa a tomar contacto parece uma coisa muito complicada e é. Tem basicamente dez programas: 7 regionais e um deles é o que vos diz respeito que é o Programa Operacional do Centro e 3 programas temáticos, que não são regionais, que são sobre factores de competitividade, sobre potencial humano e sobre valorização do território. Nada proíbe que se contratualize nesses programas mas nós gostávamos mais de ouvir “podem contratualizar”. Ora, para sair deste impasse é necessário que as empresas, os Municípios travem uma batalha para contratualizarem nesses programas temáticos, porque senão para as empresas há os sistemas de candidaturas, os incentivos, mas no essencial há uma batalha que vale a pena travar que é tentar contratualizar nos programas temáticos para além do programa operacional.-----

-----Terceira e última nota - uma parte dos projectos têm que ser financiados por candidaturas a concurso e, pela primeira vez, vai ser assim - temos tanto dinheiro para as redes urbanas de competitividade e inovação, tanto para a regeneração urbana e de baixa densidade e ao serem analisadas candidaturas, a lógica é como no acesso à Universidade - não teve nota para entrar, lamentamos mas não pode entrar. Aquilo a que estávamos habituados, nos fundos estruturais, vai ser obtido de 2 maneiras - uma através da contratualização que se faz no programa operacional regional, no vosso caso o PO Centro e a outra são os meios que se consigam obter através dos PO Temáticos. No meio disto tudo temos o Programa Operacional do Desenvolvimento Rural, as coisas ligadas ao FEADER que têm expressão no BM e que são um meio adicional. A experiência diz-nos que, às vezes, os alunos cábulas têm sucesso - o melhor aluno tem 16 e há um cábula consegue tirar 17, vá-se lá saber porquê. Então é possível que na afectação de verbas nos programas territoriais que são contratualizados, quer nos concursos, que um aluno cábula seja mais bem sucedido que um aluno que estudou e tem tudo bem feito. O BM começou com algum atraso e, hoje, é seguramente um bom aluno nesta coisa do QREN, fez o seu trabalho de casa, tem um bom documento, tem as coisas elaboradas, mas os bons alunos às vezes são um pouco chatos para os professores, às vezes os professores gostam de alunos que não sejam tão bons, são mais crédulos e depois esta coisa da política tem a dimensão do “p”. É uma nota para não serem ingénuos e para perceberem que esta batalha se ganha com aquilo que chama “transparência” na prestação de contas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

que obriga quem decide a assumir a responsabilidade da decisão e justificar porque é que se decide de uma determinada maneira. Normalmente, a nossa atitude é a de tentarmos ser simpáticos e ficarmos satisfeitos com o que nos calha; vocês são livres de escolher a vossa opção e só vos estou a dizer que, independentemente da estratégia, seria muito importante que houvesse poucos cábulas a passarem. O ideal até era que nenhum cábula passasse, porque tudo foi anunciado, tudo foi esclarecido e não há razão nenhuma para, agora, resolver, por meios estritamente políticos, aquilo que deveria ter sido resolvido através de, no tempo certo, apresentar as coisas que fazem sentido. -----

-----Em linhas gerais, era um pouco isto que tínhamos para dizer. O documento está à vossa disposição mas é relativamente extenso. A preocupação que houve foi de não ter projectos duplicados, concorrenciais, de procurar que cada Concelho encontrasse a sua personalidade e isso foi muito construído com aquela ideia de pôr cada Concelho a pensar “o que é que temos a oferecer ao BM?”. Assim, cada Município com a sua equipa, com os seus projectos procurou dizer “nós queremos como projecto fundamental do Município estes projectos,” e, então, puxámos por esses projectos para lhes dar uma dimensão regional. São daquele Município, mas não são construídos só para ele, são construídos para o BM. Depois, procurámos construir aquilo que são os projectos regionais, aqueles que são verdadeiramente intermunicipais e há, ainda, um conjunto de outros projectos que são mais Municipais e procurou-se que não fossem estritamente Municipais, que ajudassem aquela diferenciação, aquela especialização que daria força à tal rede de cidades que se qualificava, que atrai pessoas e empresas e dará força a isto. -

----- Num sentido geral todos têm a noção de que ao BM a vida não lhe correu bem nos últimos anos, mas não há razão nenhuma para que não seja uma região em progresso e com uma posição dinâmica no País. Neste sentido em vez de chorarmos sobre o passado, a preocupação que houve foi a de tentar encontrar um caminho que aumentasse a probabilidade das coisas correrem bem neste período de 2007/2013, porque agora há condições. O BM, nesse ponto de vista, tem o mesmo desafio que tem a Região Centro que, verdadeiramente, não quer dizer muito. Centro é entre Douro e Tejo - há uma dificuldade com o nome, que já se procurou alterar, até com campanhas de marketing e, verdadeiramente, esta estratégia o que pretende é que o BM não seja uma coisa a meio caminho de nada, mas seja uma Região com personalidade, com objectivos, com prioridades e com vocação muito clara que é a atractividade para viver, trabalhar, visitar e aprender. Isto passa pela capacidade de modernizar e desenvolver tudo aquilo que teimam em dizer que é tradicional, que é rural, que é natural, aproveitando os seus grandes recursos históricos como o Mondego, a UC e uma boa articulação entre um pólo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

urbano relevante na história portuguesa, um porto interessante e com um potencial turístico que pode ser desenvolvido. É o casamento destas coisas, sem nunca esquecer as freguesias, os pólos menos desenvolvidos, não numa lógica de se prometer que vão ser as coisas mais desenvolvidas do mundo, mas uma lógica de coesão, igualdade de oportunidades de acesso dos cidadãos, aquilo que são as coisas mais interessantes do ponto de vista da vida moderna. A estratégia tem estes contornos, obviamente, que tem muitos projectos, tem muitas intenções e não vai ser possível, se fazer tudo o que está aqui, mas na vida também é assim - se não nos propusermos a alguma ambição, se calhar não alcançamos aquilo que é possível alcançarmos. A nossa convicção é que se fossemos nós que decidíssemos não púnhamos tantos projectos, mas percebemos da relação com os vários Municípios, que havia esta vontade de fazer coisas e não faz mal nenhum que existam mais projectos, porque dá uma ideia de dinamismo, da existência de ideias, que há muito para fazer e, desde que isso esteja esclarecido não há aqui ninguém enganado. Coloco-me, agora, à vossa disposição para qualquer esclarecimento". -----

-----O PCM pediu o uso da palavra e disse: "Muito obrigado Professor Augusto Mateus. Há 2 ou 3 notas complementares que, com certeza, me vai permitir. Primeiro, distribui aos líderes de Grupo o documento que foi entregue na PO Regional, sublinhando que estamos numa fase de negociação. Apresentámos uma proposta que, na próxima semana, vai reunir, de novo, os 10 PCM para discutirmos os projectos finais. Já, agora e para que se possa entender isto que é muito importante: falou-se aqui em 5 eixos endógenos de trabalho, que vamos ter que ter enquanto autarcas e, depois, temos que transparecer essas leituras para aquilo que são os eixos do QREN e, a contratualizarmos temos que contratualizar em todos os eixos mas temos montantes reduzidos, como há bocado já vos disse. Assim, há que dizer, "grosso modo", que estaremos a falar de, com um bom cenário, 100 a 120 milhões de euros de investimento para uma componente FEDER de 65%. Se conseguirmos isso é a primeira grande vitória que conseguimos, através do trabalho duma equipa excelente e duma cumplicidade que teve que começar a ser traduzida em várias reuniões com as presidências dos vários Municípios. -----

Depois de conseguirmos isto como é que repartimos entre nós? Dentro dessa perspectiva, a primeira fase correu, diria razoavelmente bem porque como devem compreender não é fácil, dentro desta região em que há uma cabeça muito grande, independentemente da leitura que possamos fazer e a pergunta que se fazia entre todos era "que metodologia vamos ter para repartir esta verba?". Com alguma delicadeza diplomática, ela foi consensual, já que pegámos em 20% deste fundo todo e colocá-lo de lado para aqueles projectos que consideramos estruturantes para a Região de modo a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

daqui a alguns anos digamos “valeu a pena”, porque mudou o comportamento, a atitude e a imagem. Os outros 80%, vamos reparti-los de que forma? Não nos esqueçamos que temos critérios que estavam subjacentes e que iam desde população, área, PIB, FEF's, etc., e, aí conseguiu-se um acordo entre todos, sobretudo nesta fase e houve solidariedade com os mais pequenos - dentro destes 80%, 40% destes foram repartidos igualitariamente por todos, coisa que praticamente não se deve ter passado noutros Nutt's e os outros 60% que sobraram dos 80% forma partilhados por 2 critérios: população e FEF e isto significou e, há que ter essa justiça, com o sacrifício para Coimbra. Para terem mais ou menos a noção, posso dizer que Mortágua ou Mira, concelhos dos mais pequenos ficariam com verbas para fazer um Centro Educativo, construir uma área de apoio de coesão social e não teriam mais e estes foram, à partida, os meus melhores aliados e a votação foi por unanimidade. Agora, transparece um outro factor, que vai ser crucial na próxima reunião, que é reconhecer que para afirmarmos Coimbra não podemos ser hipócritas; não vamos dizer afirma-se Coimbra mas não te dou isto ou aquilo e, dentro dessa matéria, vamos acreditar nas palavras iniciais que proferi. É que este trabalho vai ser reconhecido de que há alunos bons, vai ser valorizado, vai ter a majoração e estamos disponíveis para que essa majoração seja dada a Coimbra prioritariamente. A única coisa que Coimbra terá que fazer agora é dizer, como pai que agradece aos filhos, a herança é esta e vou reparti-la convosco mas quais são as ligações que vão ter connosco? Esse é o trabalho que vai finalizar e, portanto que dará depois a marca final, esperamos na semana a partir do dia 7 de Julho estarmos em condições de entregar para definitivamente eles analisarem. Depois tem um período de, cerca de 30 dias e, se tudo correr bem, em princípios de Setembro serão assinadas as subvenções contratualizáveis. Mas a partir daqui isto requer uma responsabilidade bem partilhada por todos os 10 Presidentes e, na próxima quinta-feira, vamos estar em Lisboa com o POPH e vamos estar com o POVT para dizer que “isto é insuficiente, dêem-nos acesso a outras agências de partilha desta forma e deste instrumento”, porque senão não podemos compreender como é que iremos cumprir um desiderato que era imprescindível que era criar uma estratégia. Uma estratégia não se faz com material, faz-se com pessoas, com recursos, faz-se com mudança comportamental de saber fazer, saber estar e isso só o faremos se tivermos aceso a outras formas de financiamento e isso está previsto na legislação. Se está, digam-nos porque não podemos, fundamentem e é isso que vamos apresentar. Digo-vos isto para perceberem que, esta reunião, nesta fase tem todo o sentido para compreenderem, quando lêem os jornais, mas então o nosso PCM está a defender o quê, se ele não nos disse? E em que é que isto se traduz para o Concelho de Montemor?

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

Apresentei 133 milhões de euros de investimento de acções para o Concelho; se vou ter 10 ou 12 na contratualização, vou ter que lutar pelos outros 9 milhões que falavam aquando do saneamento indo ao POVT, a requalificação urbana terá de ir, também, para outro eixo do POVT; tenho que ir buscar os CE a outro lado; tenho que ir buscar não sei o que mais a outro lado e esta leitura tem necessidade de ser partilhada. Agora onde é que se centraram as nossas apostas? Muito claramente - eixos de captação de emprego e de qualificação ligada à tecnologia, ao saber e à Universidade. Se contabilizarem, digo que só para aí estão 15 milhões de euros: centro empresarial de Montemor, PLIA, NanoSpark, ruas da cultura e criatividade, etc. e está arrumado esse ponto. Depois, para darmos contextualização de cidade, como há pouco de falava, com um conjunto de serviços, de ligações e de procura em que nos sintamos em segurança, protecção, viabilização, acessibilidades, com as requalificações que há pouco falei, temos aí mais 10 ou 12 milhões. Para além disso não podemos esquecer as áreas dos equipamentos sociais, os novos CE, as novas piscinas, a área da educação onde incluo as escolas profissionais que são comuns a todos estes Municípios. Que ensino profissional queremos nós para uma Região se andamos a apostar uns na biotecnologia, outros na biodiversidade ou na bioenergia e estamos a ver sair animadores culturais, estamos a ver sair não sei o quê, para onde e para quê? Que mercado de trabalho é este? -----

----- De questões de acessibilidades - a única que apresentei, em termos internos, é a ligação da EN341, entre Vila Nova da Barca e Abrunheira, que será se calhar a viabilização mais necessária, se tivermos o nó da A17, a ligação à Granja do Ulmeiro ou Alfarelos que vai ser o Centro Intermudal de ligação ferroviária, rodoviária, mais importante é para todos nós. Portanto, emprego, valorização dos recursos endógenos, questões ligadas à requalificação urbana, algumas contrariedades nas assimetrias e, depois no laser, o turismo que é fulcral e aí, permitam-me que diga com o desaforo que já há bocado abordei, nós esquecemo-nos do Centro de Alto Rendimento (CAR), fizemos de propósito. Ele já nos foi dado e, por isso, não o vamos aqui pôr, só temos é que o concretizar e transformá-lo num grande pólo da dinâmica territorial de animação, de laser, de alta competição para captar o turismo que é específico. Se ligarmos isto à endogeneização da nossa natureza e do nosso património, acho que temos um produto fantástico, porque temos 2 mercados próximos que são Figueira e Coimbra que nos dão o resto. -----

----- Fazendo uma síntese, isto vai ser feitos noutros Municípios, porque acho que isto tem que ser partilhado. Quando o documento estiver finalizado, entendam que, aquilo, é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

uma quota de muito mais do que nós ambicionamos e que poderemos fazer - temos de lutar por novas acessibilidades, por recursos, eles financeiros ou técnicos, para os concretizar, mas não podemos ficar parados, devemos ser uníssonos quer em termos da Região, quer em termos de Município. Era isto que vos queria transmitir dizendo que foi com muito gosto que trabalhei por isto até aqui e, sobretudo, aprendi muito com esta equipa, mas também é com o mesmo sentido de humildade que digo que ainda falta muito para fazer, para debater e para lutar”. -----

----- O Professor Augusto Mateus pediu a palavra e disse: “Só para acrescentar uma coisa algo sobre aquela questão da cidade - Sintra não tem problema nenhum em não ser cidade, é melhor que metade das cidades que têm esse título em Portugal. Há uma lógica que não referi e para a qual é precisa alguma atenção através da logística, através das infra-estruturas que é a articulação do BM com as regiões vizinhas. A articulação com o Pinhal Litoral é interessante, tal como alguns territórios do BM têm uma articulação com a zona mais interior do Centro, valendo, também, a pena não perder de vista as articulações com o Baixo Vouga. Não é preocupação da estratégia fechar o BM dentro de si, desenvolvendo muito a colaboração intermunicipal dentro do BM e não prestar atenção ao território que o cerca. Isto entronca naquela ideia dos Autarcas passarem a ser uma espécie de ministros, à terça-feira e à quinta-feira e para cuidar de alguns dos objectivos da estratégia haveria sempre alguém que era o ministro dos negócios estrangeiros, no sentido de cuidar do relacionamento com os territórios vizinhos para explorar aquilo que é vantagem em Montemor. Nós próprios formulámos opiniões sobre os projectos que nos foram representados mas a nossa missão é técnica e o que nos pediram foi para fazer um trabalho técnico bem feito dizendo se achávamos bem ou mal sobre isto ou aquilo. Gostava de dizer que, em Montemor, o projecto do CAR tem muito interesse, não havendo muitos com este interesse e, sobretudo, ele tem uma função de dar valor a muitos outros que vão estar aqui e é um projecto que pode ter várias fases e que se correr bem pode gerar mais ambição. Dentro duma lógica de mercado insistimos, a certa altura, para a distribuição dos dinheiros de modo a que se pudesse ter uma equação entre a equidade dos recursos e a dos resultados. Todos conhecem o funcionamento dum centro comercial - há umas empresas que pagam uma renda mais elevada do que outras, porquê? Estas, atraem muitos clientes e depois despejam-nos para aqueles que pagam uma renda mais elevada, toda a gente ganha. Ora, Montemor, é no contexto do BM um dos Concelhos que mais tem a ganhar do ponto de vista dos resultados com esta colaboração. Qualquer pessoa entende que se Coimbra e Figueira, que são os pólos mais fortes, trabalharem em conjunto isso favorece outros territórios, particularmente Montemor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

e desse ponto de vista a ideia, especificamente, em Montemor e nos projectos que estão aqui, é que se posicione bem para aproveitar em seu favor aquilo que são as coisas boas que acontecem nos outros Municípios. Este é, também, um ponto para o qual chamava a atenção, porque esta estratégia se correr bem obriga, não só a ver só os projectos do Município, mas também os projectos dos outros Municípios que podem ser muito interessantes para o desenvolvimento”.-----

-----O PMAM usou da palavra e disse: “Antes de passar a palavra à digníssima AM, quero cumprimentar o Professor Augusto Mateus e a sua distinta Equipa e agradeço a vossa presença. Permitam-me reconhecer e enaltecer o brilhantismo do trabalho que nos acaba de apresentar sobre o futuro desenvolvimento do BM, a forma clara como o fez, a forma aberta como soube delinear estratégias que nos vão, naturalmente, servir como pontos essenciais no nosso desenvolvimento. Pergunto aos Membros da AM quem é que quer tecer alguma consideração ou colocar alguma questão”.-----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Boa tarde, particularmente ao Professor Augusto Mateus e ao Membro da sua Equipa. Costumo dizer que sou generalista em banalidades, portanto enquadra-se exactamente esta minha intervenção nesse princípio até porque não sei se isto poderá, de alguma forma, contribuir para a melhoria da proposta.-----

-----Sobre a primeira questão, que se prendia com o facto de não podermos esquecer que temos Associações de Municípios à nossa volta com as quais termos de articular, percebi o esclarecimento que já foi feito. A outra questão é esta: foram estabelecidas prioridades, é preciso fazer coisas, fazer opções e elas foram feitas mas, no âmbito global, a UC tem um eixo próprio, participou deste processo? E porquê? Sou, evidentemente, um grande apologista duma ideia que está aqui e que, sinceramente, às vezes não a vejo evoluir que é questão das ciências da vida que não é a mesma coisa que as ciências da saúde. Por vezes, sinto que as ciências da saúde já marcharam, mas enfim. Esta questão, que continuo a achar correcta, gostaria de verificar se está ou não articulada com a UC.-----

-----Depois, uma outra questão que o PCM já falou e referiu que é a do emprego é da qualificação: se é boa a ideia de ter uma rede de escolas profissionais, é preciso não esquecer que essa rede tem que incluir também a escola secundária. Porque aquilo que disse das escolas profissionais, isto é, precisamos disto, mas estamos a formar aquilo, por incrível que possa parecer, às vezes, temos essa duplicação, ainda por cima nas escolas secundárias. Esta rede tem que ser, enfim, coordenada para que não haja desperdício de meios porque não estamos em tempo disso. Não posso estar mais de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

acordo de que não herdamos dos nossos pais, estamos aqui neste momento encostados aos nossos filhos e, portanto necessariamente eles não nos vão perdoar se lhes deixar-lhes dividas e isso todos nós somos capazes de fazer.-----

-----Agora, algo mais global que é a cidade que requer transportes urbanos. Curiosamente penso que aqui haveria possibilidade de fazer mais e melhor. Não sei se isto é, mais uma vez, uma banalidade ao querer o aproveitamento da ferrovia mas andamos a falar no Metro Mondego e, de repente, o Metro Mondego é, apenas, uma melhoria de acessibilidades entre Miranda, Lousã e Coimbra. Ou é mais do que isso? No litoral do nosso território temos uma ferrovia entre a Figueira da Foz, Cantanhede, Montemor e Mealhada. Porque é que esta ligação não é aproveitada, em termos de electrificação, o que lhe daria consistência, já lá está e este território, só teria a ganhar. Depois, uma questão que achei relevante que é a questão de atrair, disse e bem a aprendizagem das empresas, mas nós também precisamos de aprender. Confinamos com duas regiões, no domínio empresarial cujo empreendedorismo gostaríamos de ter no BM - a região de Leiria e a de Aveiro. Claro que há aqui a questão do NanoSpark, mas é pouco, digamos assim, pois a massa crítica empresarial daquilo que é o centro, que não se consegue definir e agora com Viseu, não tem ido muito longe. Evidentemente que esta cidade do BM tem que se articular com aquelas, mas lá está a questão urbana e o facto de contar com a Universidade. Desejo que a UC seja pertença deste processo e deste projecto e não apenas, constar como um eixo. As Autarquias, a Associação de Municípios está atenta à UC, mas é preciso que a UC esteja atenta ao Poder Local e que interajam sem termos de tirar o chapéu à UC, nem dizer que não precisamos dela para nada - em tempos já se fez isso e resultados estão à vista. Obrigado”.-----

-----O Professor Augusto Mateus usou da palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “A ideia das ciências da vida é exactamente por aquilo que disse, ou seja, nós vamos assistir no nosso País ao surgimento de uma série de coisas que são pólos de competitividade disto, daquilo e daqueloutro. As coisas valem o que valem, mas não nos devemos excitar muito com as coisas que aparecem nos jornais ou na televisão. Obviamente que temos que valorizar o marketing, temos que valorizar todos os aspectos formais e o que procurámos foi, através da designação de ciências da vida, fazer um “by pass” da ideia do que surgiu no Norte e que já tem uma chancela; não há mal nenhum, o que interessa é a realidade e, portanto pareceu-nos que era a melhor solução. -----

-----Procurámos trazer a UC para aqui, é uma coisa que está em aberto. Não temos assim tanto poder, mas o caminho que se abriu foi, não propriamente de um eixo para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

UC, não é isso que está na estratégia. O que está na estratégia é um eixo em que a UC serve o desenvolvimento do território, que é uma coisa e que, ao servir o território, se desenvolve. Não é propriamente dizermos que queremos aqui a UC e estão aqui os seus projectos numa espécie de cosmética em que tínhamos a estratégia, mas não foi isso. Foi um trabalho relativamente interessante, feito em pouco tempo, não está completamente consolidado, mas em que se procurou dizer à UC o que é que tem que acontecer em Coimbra e, há um conjunto de coisas que tem que acontecer, nomeadamente, do ponto de vista de cultura e de património porque as coisas estão lá, é lá que têm que ser recuperadas e requalificadas. E a força que a UC tem de serviço às empresas? Ou que suporte em actividades, como pode ser o CAR? Isso não tem que ser em Coimbra, isso pode ser no BM e pode ajudar aqueles Concelhos mais dinâmicos que se conseguem ligar melhor a essa perspectiva de economia do conhecimento e é isso que está no eixo quatro. Portanto, se alguém converter o eixo quatro da estratégia como o eixo da UC, está a ir contra o que está na estratégia. O que está na estratégia é o eixo em que a UC é posta ao serviço da região e em que ela própria beneficia com aquilo que a região lhe dá, nomeadamente o mercado para trabalhar com as empresas. -----

Tem toda a razão quando diz que para haver cidade é preciso haver mobilidade e há aí muitas formas de mobilidade, sendo os transportes urbanos uma delas, mas há outras. Há aqui alguns projectos que trabalham outros eixos de mobilidade e, na metodologia que desenvolvemos, procurámos chamar a atenção para os Autarcas numa coisa muito importante a que na apresentação não dei suficiente relevo que é a estratégia do BM que não é uma estratégia de cábula, tem a coragem de dizer que para termos sucesso é preciso podermos contar com a AC face a estes projectos. Há um conjunto de projectos que são da AC, mas em vez de ficar respeitosamente à espera que os façam o que a estratégia do BM diz é: o que propomos fazer, por nossa iniciativa, é isto, isto e isto e, para termos sucesso, precisamos de que a AC faça isto, isto e isto e algumas das coisas de mobilidade são da responsabilidade dela própria. Chamo a atenção para algo interessante que parece de alguma maneira garantido e que vai ter prioridade: finalmente vai deixar de se falar da Linha do Oeste, tornando-a numa linha relevante ligando Lisboa à Figueira que será de multi-serviço e não periférica, que será uma linha turística, que articula com o porto da Figueira e terá que entroncar na Linha do Norte. Portanto esse entroncamento da revitalização da Linha do Oeste que é refazer, electrificar e montar um serviço moderno é uma oportunidade de mobilidade, mas é um investimento da AC. -----

-----As suas questões acho que são absolutamente pertinentes e reflectem algumas tensões, alguns desafios, algumas diferenças de opinião, mas o que interessa é que elas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

convirjam naquilo que seja a melhor solução possível. Neste aspecto de estratégia dizer que o que a AC faça é muito relevante, porque até agora não foi isso que foi feito. Como sabem, até agora, os esforços eram da Administração Local que faz as suas coisas e espera que a AC faça as suas e, nem sempre, as coisas batem certo e, muitas vezes, a fazem-se coisas que à revelia do que eram as escolhas da Administração Local, havendo necessidade de realizar um esforço de compatibilização do que está garantido. O ponto mais importante é esse da ligação da UC à região, mais na linha de difusão da ciência, da tecnologia, de colocar quadros e de obrigar a própria UC a abrir-se, porque as Universidades fechadas não têm muito valor, nem muita competitividade. -----

----- Quanto ao ensino técnico profissional, tecnológico, a ideia é, como o PCM disse, ser algo que ao longo da aplicação da estratégia possa ir ganhando a posição. Os Municípios têm, hoje, um enorme desafio que é tomar conta duma parte inicial da cadeia de valores da educação. É assim nas atribuições, não nos meios, mas vale a pena correr o risco, porque quando olho para um País na linha dos avós e dos netos, quando se olha para um País, relativamente pobre, em que as escolas funcionam bem e os alunos vão todos os dias, dignamente, para a escola com vontade de aprender, se calhar esse País, daqui a 20 ou 25 anos, vai estar melhor do que um que está, muito mais desenvolvido. O que quero dizer com isto é que esta ideia das escolas profissionais, tecnológicas, têm que estar articuladas com o ensino secundário, mas numa lógica que acho que foi aquela que o PCM expôs e a que está na estratégia em que o BM, para ter o caminho que está desenhado na estratégia, precisa de ter recursos humanos qualificados. Recursos humanos qualificados, não são professores catedráticos, nem doutorados. Precisamos de pessoas altamente qualificadas, mas em linguagem técnica, níveis 4 e não níveis 5 e 6; o coração disto é o nível 4, que é algo mais do que aquele que mais tarde ou mais cedo vai ser o ensino obrigatório e, sobretudo, aquela capacidade dum saber fazer, articulado com o saber, competências dinâmicas e isso corresponde à articulação da parte final do secundário com as linhas das profissionais, tecnológicas e, isso é uma forma de se ir buscar meios ao POPH. Dum modo geral, não estão as soluções na estratégia mas penso que as questões que levantou estão todas elas equacionadas”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Em primeiro lugar felicita-lo e dar conta da minha plena satisfação de o ouvir mais uma vez sobre questões que nos dizem muito. Enquanto técnico agrícola e olhando as fotografias onde vejo os elementos terra e água que são dos mais importantes no Vale e com a preocupação que tenho com a permanente ruralidade acho que é um factor muito importante o desenvolvimento global do BM. Uma das coisas que sempre me doeu bastante foi a de que se fez uma obra

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

hidroagrícola neste Vale e não se acautelaram pormenores ligados à navegabilidade do Mondego, desde a Foz até Coimbra. A diferença de cota não é muita e houve alguma insensibilidade para não atacar este assunto na hora própria e a navegabilidade no Mondego era crucial para desenvolver todo este eixo entre Montemor e Coimbra. Os nossos recursos endógenos que são muitos, a fileira de produção do arroz ao nível dos carolinós que já é uma marca que afirma Montemor e a região, a vinda duma nova força industrial, horto-industrial para a região para trabalhar e transformar as horto-industriais, tudo isto também é importante e penso que a Montemor, no futuro, podem dar alguma força cluster em termos horto-industriais, na actividade agrícola. Montemor tem pela riqueza dos solos, dos que melhores existem na Europa, um potencial económico muito elevado e, por isso, estou esperançado que ao nível destes projectos, onde se faz uma mistura do CAR com o turismo, por exemplo, e com toda esta ruralidade, possa haver a conjugação de sucesso para a região. Não podemos esquecer que em todos os que se façam devemos sempre premiar a nossa ruralidade, porque ela é um factor que nos diferencia bastante e indo por aí ganhamos também no futuro e na qualidade. Muito obrigado pela atenção”.-----

-----O Professor Doutor Augusto Mateus pediu uma vez mais a palavra e disse: “Apenas para dizer 2 coisas. A primeira é que podíamos ter usado a lógica do empreendimento fins múltiplos, mas pareceu-nos melhor a que está na estratégia que é mais aberta. Também não usámos uma expressão, como usámos para o Oeste que é o da ruralidade moderna, porque isso ainda é mais crucial no Oeste do que no BM e as estratégias têm que ser claras e diferenciadas, mas esse é um aspecto absolutamente decisivo, havendo, no entanto, muita patetice associada ao urbano e ao rural no nosso País. Hoje em dia o que tem valor é o que é original, é o que é diferente, não é o que é imitativo; os turistas queixam-se muito, hoje, porque viajam de cidade para cidade e são sempre as mesmas lojas, os mesmos restaurantes, as mesmas coisas, que têm muito valor, do ponto de vista do emprego, do ponto de vista do crescimento, Ninguém dá valor a um sítio original que ficou para trás; só se dá valor a um sítio original que soube andar para a frente e, hoje, para defendermos a ruralidade temos que defender a sua modernização, não no sentido de andar atrás de nada, imitando, mas no sentido de oferecer no mundo rural tudo aquilo que ele tem de bom, mas as coisas que normalmente não estavam lá, a qualidade de vida, a animação, a mobilidade e, em cima disso pomos tudo o que é original, o verde, o azul, o ar mais transparente, enfim esse tipo de coisas que são boas. No final da próxima década vai ser muito mais claro o valor económico daqueles que cuidam da paisagem e do território e vai aparecer muita gente que, dum

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26***

ponto de vista privado, vai desenvolver e construir coisas que nós chamamos de bens públicos ou seja bens que toda a gente pode fruir e vão ter que ser remunerados por esse trabalho. Portanto os territórios, os Concelhos que souberem a tempo e horas meter-se nisso hão-de ser também premiados. Obviamente, que no estado em que está o mundo e Portugal não podemos esperar a razão muito cedo, mas podemos esperar ter razão e, isso vale a pena. No fundo dizer que podia haver aqui um eixo que chamaríamos de afirmação da ruralidade mas procurámos trabalhá-la em 2 eixos. A sua perspectiva está perfeitamente contemplada e isso também se articula com a ideia das ciências da vida, isto é a designação das ciências da vida não é para ser afunilada na saúde, é para ser afunilada nas ciências que lidam com a vida, ora o conhecimento científico é necessário para a agricultura e para tudo o que é valorização dum recurso para o Mondego que entra nas ciências da vida. É fundamental para a vida e para a saúde termos mais segurança alimentar, controlarmos melhor a produção e a utilização dos alimentos. Tirar teias de aranha do sótão, não correr certos risco que são excessivos, tudo isto são coisas que fazem sentido e, portanto optou-se por fazer as coisas chamando-lhe Mondego. Está no nome da região, está à vista nas fotografias, é bonito, tem os tais erros que referiu, mas na lógica que se procurou dar, penso que estamos a tempo de fazer coisas que corrigem e que permitem novas perspectivas. Nesse ponto de vista, também procurámos não colocar, como se terão apercebido a ruralidade na cidade; procurámos que nos elementos de cidade que aqui queremos imperem a liberdade de acesso a serviços, a mobilidade, a animação, é disso que estamos a falar e não tanto de prédios, pontes, infra-estruturas. Agora, um rural moderno, um rural que não fica a trás daquilo que é a sensação de modernidade que se tem numa cidade, digamos que com menos verde e com menos azul”.-

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Quero, uma vez mais, agradecer a disponibilidade da vinda do Professor Augusto Mateus e da sua Equipa e, ao mesmo tempo, deixar aqui o embrião daquilo que, em Setembro, na AM, se calhar já com uma visão nessa altura do que é que discutíamos hoje e do que acabou por ficar impossibilitado. É um repto que faço ao Presidente da Comissão Permanente da AM para que possamos perspectivar uma discussão mais alargada já com o conteúdo pois hoje discutimos a forma, os objectivos, a estratégia. Provavelmente vamos ter que rever algumas coisas e, como sempre tenho manifestado penso que, hoje, temos uma questão muito importante em mãos: estamos a deixar para os nossos filhos uma herança pesada, mas temos hipóteses de a valorizar e penso que, muitas dessas coisas, estão ainda a tempo de serem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Junho, 26

partilhadas, deixando, por isso, aqui a minha disponibilidade e, ao mesmo tempo também o meu desafio. Muito obrigado”.-----

-----Todos os pontos presentes a esta Sessão, foram aprovados por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.-----

-----Não havendo público, bem como mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a Sessão às 20 horas e 45 minutos. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.
O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha
O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos